

1 Ata da 64ª Reunião Ordinária do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense -
2 Colit, realizada no dia 11 de março de 2014, às 14h, na Sala de Reuniões da Companhia de
3 Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná - Celepar, Sob a Presidência do Secretário
4 Luiz Eduardo Cheida. O SR. PRESIDENTE (Luiz Eduardo Cheida):- Muito obrigado, Dr. José
5 Maria, nosso Secretário Executivo do Colit. Quero, em primeiro lugar, fazer um agradecimento ao
6 Diretor-Presidente da Celepar, nosso companheiro Jackson, pela cessão do espaço. Quero
7 cumprimentar, dentre os presentes, os Conselheiros, mas quero cumprimentar inicialmente o
8 nosso querido deputado Nelson Justus que se faz presente, cumprimentar os Prefeitos, o Prefeito
9 Edson de Paranaguá, a Prefeita Ivanir Justus de Guaratuba e cumprimentar o vice-Prefeito Gentil
10 do município de Matinhos que tomam o lugar do Prefeito neste momento que está em viagem. E
11 um cumprimento especial a todos os Conselheiros, as Conselheiras aqui presentes.
12 Cumprimentar a imprensa do Litoral, em especial que acompanha com vivo interesse esta nossa
13 reunião, e cumprimentar também todos os Secretários Municipais aqui presentes, dando as boas-
14 vindas a todos. Quero começar pedindo a verificação de quórum ao nosso Secretário Executivo,
15 como são 25 membros, 20 são natos, 5 são efetivos, além de um observador membro do
16 Ministério Público, o quórum é de 13, segundo o Regimento Interno, Artigo 12. O Sr. Secretário
17 Executivo José Maria:- Segundo o Dr. Saulo, estamos com 17 membros presentes, portanto,
18 temos quórum. O SR. PRESIDENTE (Luiz Eduardo Cheida):- Havendo quórum, portanto, vamos
19 submeter a aprovação da Ata da 63ª reunião ordinária, realizada em 09 de dezembro de 2013. A
20 Ata foi encaminhada a todos os Conselheiros, publicada no site do Colit. Quero indagar aos
21 Conselheiros se podemos dispensar a leitura. (Pausa). Em havendo consenso, vamos passar à
22 votação. Em discussão a Ata da 63ª Reunião Ordinária do Colit. (Pausa). Ninguém querendo fazer
23 uso da palavra, em votação. (Pausa). Aprovada por unanimidade. Esta é a 64ª reunião do nosso
24 Conselho do Litoral. Apenas para lembrar aos demais Conselheiros, as questões de ordem terão
25 a duração de três minutos como o nosso Artigo 12 faculta e os apartes dois minutos. A palavra
26 será franqueada a todos os interessados, mediante deliberação da maioria simples dos membros
27 do Colit. Por tempo limitado vamos estabelecer um limite de 5 minutos para franquear as
28 palavras, as questões de ordem por 3 minutos e os apartes por 2 minutos. Então, passamos à
29 pauta de hoje. Nós vamos iniciar a análise e homologação pelo Conselho do Litoral dos Planos
30 Diretores de Guaratuba e de Matinhos. É preciso dizer que embora a convocatória tenha ido a
31 todos os Conselhos como análise e aprovação do Plano Diretor, é preciso sempre nos
32 lembrarmos que segundo a Assessoria jurídica vamos fazer a análise, vamos aprovar ou não os
33 planos encaminhados, e uma vez aprovado, nós vamos encaminhar uma minuta de decreto ao
34 Sr. governador para que ele possa decretar que, no entendimento da nossa assessoria jurídica,
35 vai fazer então a homologação, procedimento dos Planos Diretores. É assim que vamos
36 proceder. Eu vou dispensar a leitura dos pareceres jurídicos sobre os dois planos. Se algum
37 Conselheiro tiver opinião em contrário e quiser que leiamos os pareceres, vamos proceder a
38 leitura. O Conselheiro Vilmar Faria da Silva, designado como relator pela Comissão Especial,
39 constituída para estudos do plano na última reunião do Colit, vai fazer a apresentação do relatório
40 da mesma Comissão. O Vilmar nos pediu para que fizesse a apresentação, e na sua
41 apresentação existem os dois planos, tanto de Guaratuba quanto de Matinhos. Ele fará a
42 apresentação dos mesmos. Então, nós faremos a apresentação pelo Vilmar, em seguida vamos

43 fazer uma apresentação do plano em si, aí pelos municípios em separado. Mas, em primeiro
44 lugar, a apresentação do relatório da Comissão que analisou o plano será feito pelo Vilmar com
45 os dois municípios considerados Guaratuba e Matinhos. Com a palavra o Conselheiro Vilmar. O
46 Sr. Conselheiro Vilmar Faria Silva:- Boa tarde a todos. Cumprimentando o Presidente do
47 Conselho, cumprimento os demais Conselheiros, cumprimentando o deputado Nelson Justus
48 cumprimento as demais autoridades presentes. A questão de se apresentar em um primeiro
49 momento o relatório dos dois planos, é porque o relatório da Comissão Técnica é um só, os
50 resultados é que conseguimos alcançar dois pareceres nesses primeiros trabalhos. Os trabalhos
51 da Comissão contaram com responsabilidade, participação e transparência pelos membros que
52 foram convocados, além dos dispositivos legais norteou o nosso trabalho, principalmente o
53 "Estatuto da Cidade" e nós desenvolvemos uma matriz de análise para fazer a análise dos Planos
54 Diretores. Quais foram os objetivos da Comissão? Primeiro avaliar a aplicabilidade e
55 compatibilidade dos Planos Diretores já aprovados em suas Câmaras Municipais. Segundo,
56 recomendar ações sobre a política de desenvolvimento nos municípios e terceiro, construir
57 pareceres técnicos individualizados para cada Plano Diretor. A composição da Comissão
58 Técnica: dois membros titular e suplente da Sema -Secretaria de Estado de Meio Ambiente e
59 Recursos Hídricos; Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, através do representante
60 PARANACIDADE; Prefeitura Municipal de Guaratuba; Prefeitura Municipal de Matinhos; Prefeitura
61 Municipal de Pontal do Paraná; Universidade Federal do Paraná - Campus do Litoral;
62 Associações Comerciais do Litoral; e ainda contamos com a Assessorias Jurídicas e da PGE. A
63 Comissão de Análise teve um prazo máximo de 60 dias, podendo ser prorrogado para os seus
64 trabalhos e as reuniões foram semanais. Aqui houve oito reuniões, aqui estão as datas delas e no
65 relatório acompanha as atas e as listas de presença. Quais foram os encaminhamentos da
66 Comissão? Primeiro foi a definição do método de análise. Nós discutimos entre os membros qual
67 seria a melhor maneira de analisar esses planos e chegamos a método que era analisar os
68 planos através de uma Matriz de análise que continha 9 (noves) eixos/critérios preponderantes.
69 Discutimos também a forma de debate. A forma de debate foi a mais genérica, a mais ampla, a
70 mais democrática, todo mundo podia falar, opinar em qualquer momento, escrever, mandar
71 ofício. Então, a forma de debate foi a mais ampla possível. Depois discutimos a distribuição de
72 tarefas, onde praticamente todos os membros do Conselho tiveram as suas atividades e
73 cumpriram-nas dentro da medida da possibilidade de cada um. Depois a construção dos
74 pareceres e recomendações. A Comissão, além do seu parecer, ainda acabou fazendo
75 recomendações para as revisões futuras desses planos. O método foi a criação de uma matriz de
76 análise, onde tínhamos nos eixos estruturantes nove critérios para análise, basicamente advindos
77 do Estatuto das Cidades e aqui tivemos antecedentes, ações, pareceres e recomendações. Em
78 cima de cada item discutido nós tínhamos analisado os antecedentes, as ações que o município
79 tomou em função daquele eixo, foi feito parecer da Comissão em si, daquele item analisado e
80 ainda recomendações que achamos conveniente naquele momento fazer. Aqui estão os nove
81 eixos/critério que nós usamos. O primeiro foi o instrumento e metodologia de participação
82 popular no plano diretor. Este foi um item que foi analisado exaustivamente, inclusive levando em
83 consideração o histórico dos planos de Guaratuba e de Matinhos. Matinhos teve em torno de 60
84 reuniões públicas. Entre reuniões e audiência pública foram 60 os eventos cadastrados, filmados,

85 a sua convocação antecipada, através de jornais, rádio, carro de som. Guaratuba também teve
86 pelo menos três audiências públicas, duas em 2004 e uma em 2005, e ainda consultas pela
87 sociedade civil organizada em vários, dentro e fora da instituição prefeitura. Em nosso parecer
88 consideramos tanto o parecer de Guaratuba quanto de Matinhos e esse item foi totalmente
89 cumprido pelas administrações de Matinhos e de Guaratuba. O segundo item - o zoneamento de
90 uso e ocupação do solo urbano e a interface com as áreas de preservação permanente ou de
91 proteção ambiental. Esse eixo apareceu na segunda reunião, uma contribuição importante do
92 Carlos Storer porque realmente esse foi um item que trouxe uma visão um pouco diferente
93 daquele assunto a ser analisado naquele momento, mas os dois municípios trouxeram dentro da
94 sua estrutura do Plano Diretor, das leis já vigentes, portarias e decretos o cumprimento desse
95 item também. O terceiro foram zonas rurais e preservação ambiental. Novamente os dois
96 municípios trouxeram criteriosamente este assunto à tona. Guaratuba, como existe a APA de
97 Guaratuba, a área rural de Guaratuba está totalmente inserida dentro da APA. Então, o município
98 de Guaratuba achou por bem incorporar o seu Plano Diretor o uso e ocupação da APA de
99 Guaratuba. O plano de manejo que a APA estabelece é o plano de manejo usado pelo município
100 de Guaratuba, para que não haja nenhum tipo de conflito quanto ao uso e ocupação e o
101 desenvolvimento econômico nessa região, inclusive o município de Guaratuba tem representação
102 no Conselho da APA. Matinhos trouxe mapeado área por área, o que era área de preservação
103 ambiental, área de proteção, então também Matinhos nesse quesito cumpriu de forma completa
104 no nosso ponto de vista. Política habitacional e regularização fundiária. Novamente, na análise
105 dos dois planos, nós vislumbramos que os dois planos trazem cumprimento a este quesito
106 também. As áreas passíveis de aplicação da política habitacional e regularização fundiária dentro
107 de Matinhos são bem mapeadas, e Guaratuba implementou um plano, após o Plano Diretor ser
108 aprovado na Câmara, implementou um plano que hoje está sendo realizado e que os
109 representantes dos municípios poderão falar o benefício que o município está tendo a partir
110 desse eixo estruturante que foi também por nós considerado como cumprido. Reabilitação de
111 áreas centrais e sítios históricos. Também os municípios trouxeram dentro do seu arcabouço de
112 dispositivos legais o cumprimento desse item. Guaratuba tem zona de proteção ao patrimônio
113 histórico bem definido e onde as questões são restritivas para construções em função de termos
114 pelo menos dois em Guaratuba, Guaratuba tem dois prédios tombados e Matinhos também traz
115 de forma bem clara essa posição que será apresentada na sequência. Também considerado pela
116 Comissão cumprido esse item. Sistemas viários, de transporte e de mobilidade. Nesse quesito o
117 Plano Diretor de Guaratuba criou um sistema viário do qual já fazia parte e 2005 a Avenida Paraná
118 que foi concluída. Quer dizer, o que se planejou, o que se colocou no plano se colocou como
119 programa de Governo não só municipal como estadual e foi possível concluir essa obra. Também
120 foi considerado pela Comissão cumprido tanto pelo município de Guaratuba quanto pelo
121 município de Matinhos esse item. Saneamento ambiental. Esse foi outro item que gerou bastante
122 discussões, mas que ambos os municípios cumpriram. Na explanação dos municípios eles vão
123 aprofundar essas questões, mas também tiveram pela Comissão esse item totalmente cumprido
124 e algumas recomendações foram feitas. Empreendimentos causadores de impactos de
125 vizinhança de indução de desenvolvimento. Também analisados pela Comissão em ambos os
126 planos foram cumpridos esse item, através de dispositivo ou de programas ou de planejamento

127 para o estudo de vizinhança quando grande empreendimentos e estudo de impacto de
128 vizinhança também quando necessário. Esse item também foi considerado cumprido pela
129 Comissão. Lembrar que o relatório da Comissão também foi encaminhado para todos os
130 Conselheiros e para os membros da Comissão. Como último item, instrumentos tributários e de
131 indução de desenvolvimento, desenvolvimento econômico e regional. Também um item que levou
132 uma análise de todas as legislações municipais, inclusive o código tributário do município traz
133 bem específico algumas questões sobre o desenvolvimento sustentável para o município
134 dependendo do tipo de empreendimento. Também considerado cumprido pelos municípios.
135 Esses itens serão abordados logo em seguida pelos municípios, mas queria mostrar o método
136 utilizado, a matriz e com ela, se não é totalmente, se não é completa, mas chega muito próxima
137 de estar vislumbrando todo o arcabouço das diretrizes do Estatuto das Cidades. Então, esses
138 itens serão revistos pelos municípios, mas era importante mostrar o nosso instrumento de
139 trabalho nesse momento. Elaboração dos pareceres. Após análise detalhada e amplo debate
140 entre os membros da Comissão, os Planos Diretores dos municípios de Guaratuba e Matinhos -
141 os dois com suas Leis aprovadas por suas Casas de Leis - tiveram seus Pareceres elaborados,
142 discutidos, aprovados e encaminhados ao Conselho do Litoral. Cada parecer, depois de ter sido
143 elaborado foi mandado para cada membro da Comissão, os membros fizeram as suas
144 ponderações, nós discutimos e aprovamos. Parecer Técnico Nº 001/2014 - Guaratuba e o
145 Parecer Técnico Nº 002/2014 - Matinhos. As considerações finais que traz o relatório da
146 Comissão: Os Planos Diretores de Guaratuba e Matinhos aprovados nas Câmaras Legislativas
147 Municipais estão APTOS a serem analisados e homologados pelo Conselho do Litoral. A
148 Comissão deveria analisar os planos de Matinhos, Guaratuba e Pontal do Paraná. O Plano Diretor
149 de Pontal do Paraná cumprirá outro ritual de análise a ser ainda definido e implementado pelo
150 Conselho do Litoral e o Município. Está aqui o Luiz que participou de todas as reuniões, mas
151 infelizmente não foi possível construir um parecer em cima do plano de Pontal do Paraná, mas
152 mesmo assim a Comissão e todos os membros estenderam algumas reuniões para ouvir as
153 necessidades de Pontal, tentar fazer recomendações, tentar ajudar em uma formulação de um
154 processo para que eles consigam também ter o seu Plano Diretor aprovado na Câmara e neste
155 Conselho. A aprovação dos Pareceres e homologação dos Planos Diretores criará um marco
156 histórico no avanço do desenvolvimento do Litoral do Paraná. Não tenham dúvida disso. Os
157 nossos municípios precisam dessa homologação e aprovação que vai permitir e garantir o
158 atendimento das necessidades de nossa gente quanto à qualidade de vida, à justiça social, ao
159 desenvolvimento sustentável, para as presentes e futuras gerações. Pessoal, eu tinha que deixar
160 registrado um agradecimento a todos os membros do Conselho pelo empenho que tiveram, pelo
161 relevante trabalho e o conhecimento técnico que eles trouxeram para as discussões da
162 Comissão, que nem sempre foram discussões tranquilas, discussões acaloradas, mas
163 conseguimos chegar a um termo e termos um parecer favorável aos municípios. Também não
164 podia deixar de lembrar o trabalho excepcional da coordenação feito pela Carmem, na condução
165 dos trabalhos desta Comissão Técnica. É o que continha o relatório. Muito obrigado. Estou à
166 disposição para qualquer questionamento que se fizer necessário. O SR. PRESIDENTE (Luiz
167 Eduardo Cheida):- Nós é que agradecemos, Vilmar, o seu trabalho e o trabalho de toda a
168 Comissão que analisou os planos. E encerrada esta apresentação, vou pedir à equipe técnica,

169 separadamente de cada município, fazer a apresentação do plano de cada um deles,
170 começando por Guaratuba, por um prazo de 30 minutos no máximo, e havendo nesta
171 oportunidade, após a apresentação, abertura para perguntas e o próprio debate, para depois
172 encaminharmos, claro, à votação e homologação. Chamo para esta primeira apresentação do
173 Plano de Guaratuba o Dr. Marcelo Bom dos Santos. O Sr. Marcelo Bom dos Santos:- Exmo.
174 Presidente do Conselho de Desenvolvimento do Litoral Paranaense, demais Conselheiros,
175 autoridades presentes, senhores convidados, boa tarde. Inicialmente queria agradecer a
176 confiança depositada, eu como técnico, na verdade, não ocupo nenhum cargo político, gostaria
177 de agradecer a confiança do deputado Nelson Justus, a Prefeita Ivanir, o nosso Secretário de
178 Assuntos Jurídicos Dr. Jean Colbert em me designar tão honrosa atribuição efetivamente, há 18
179 anos que labuto como Procurador de carreira do município e sei efetivamente da importância que
180 é a homologação desse Plano Diretor pelo Conselho. As cidades nada mais refletem do que o
181 resultado do trabalho coletivo da sociedade, onde está materializada a história de vários povos
182 que ali se reúnem. O diagnóstico e a elaboração do Plano Diretor do Município de Guaratuba
183 levaram em consideração não somente o planejamento daquela cidade que seu povo idealizou,
184 mas, também, a resolução de questões sociais e econômicas já consolidadas, uma vez que a
185 preocupação com o desenvolvimento sustentável, abordando questões ambientais e sociais, é
186 fenômeno recente. Plano Diretor. O Plano Diretor como instrumento básico da política de
187 desenvolvimento urbano e rural e parte integrante do processo de planejamento municipal, foi
188 trazido pelo Estatuto da Cidade como um diploma legal que favorece caminhos viáveis para o
189 suprimento crescente de novos desejos do homem. Ele deve ser visto e entendido como uma
190 importante referência na busca da almejada qualidade de vida da cidade ideal, diante às grandes
191 dificuldades que surgem. O Plano Diretor de Guaratuba. O Plano Diretor de Guaratuba
192 compreende todo um sistema legislativo, propondo diretrizes, metas e ações mais justas e
193 equilibradas, voltadas à inovações que contemplam os anseios do presente e do futuro, em
194 termos de desenvolvimento planejado e sustentável. Nossa responsabilidade. A adequação
195 específica das políticas públicas trazidas pelo Estatuto da Cidade para cada município recai sob
196 a responsabilidade dos legisladores, responsáveis pela aprovação do Plano Diretor de cada
197 município e, aqui e agora, sob a responsabilidade dos nobres conselheiros. Aqui deverá
198 prevalecer a experiência dos homens públicos e dos cidadãos conhecedores da realidade local
199 em relação às particularidades existentes no Município de Guaratuba. Diagnóstico. O Plano
200 Diretor de Guaratuba foi construído a partir do processo de diagnóstico elaborado em conjunto
201 pelo Município e Estado com a coordenação deste Conselho de Desenvolvimento do Litoral
202 Paranaense: Estudos e elaboração do Plano Diretor Síntese do diagnóstico de 2002;
203 Levantamento de dados; Estudo de Campo; Apresentação dos relatórios; Debates com os
204 agentes públicos; Audiências Públicas; Proposta final de redação. Revisão do Plano Diretor.
205 Atendendo às disposições do Estatuto da Cidade, dada a dinamicidade com que ocorre o
206 crescimento natural do Município, inclusive alavancado pelos investimentos públicos feitos pelo
207 Governo do Estado, foram realizadas duas revisões no Plano Diretor de Guaratuba nos anos de
208 2009 e 2012, ambas com ampla divulgação e com a participação popular e da sociedade civil
209 organizada. Premissa do Plano Diretor de Guaratuba: Promover o desenvolvimento municipal;
210 Garantir qualidade de vida à população; Preservar e conservar os recursos naturais; Garantir o

211 princípio da função social da cidade. Principais diretrizes do Plano Diretor de Guaratuba:
212 Promover o adequado aproveitamento dos recursos administrativos, financeiros, naturais,
213 culturais e comunitários; Ordenar o uso e a ocupação do solo; Regularizar e controlar as
214 iniciativas de parcelamento do solo, das edificações, do uso e ocupação dos imóveis; Prevenir
215 conflitos de usos; Disponibilizar serviços de infraestrutura básica; Promover a melhoria da
216 paisagem urbana; Preservar e/ou conservar recursos ambientais; Recuperar áreas degradadas.
217 Composição do Plano Diretor de Guaratuba. O Plano Diretor de Guaratuba é constituído de um
218 conjunto de leis específicas que norteiam as políticas públicas, programas, projetos, parcerias
219 com instituições (públicas e privadas), contando com a ligação entre a comunidade e governo
220 (municipal, estadual e federal), visando ações de planejamento, de regularização fundiária, de
221 democratização e de Gestão Urbana. Lei 1163 de 14 de novembro de 2005. Institui o Plano
222 Diretor, estabelece objetivos, instrumentos e diretrizes para as ações de planejamento no
223 Município de Guaratuba, e dá outras providências. Art. 4º - Integram este Plano Diretor as
224 seguintes leis: I) Lei do Perímetro Urbano; II) Lei de Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo; III)
225 Lei de Parcelamento do Solo Urbano; IV) Lei do Sistema Viário; V) Código de Postura, Obras e
226 Edificações; VI) Código Ambiental; e VII) Código de Vigilância Ambiental de Saúde. Cidade -
227 Extensão Territorial em Km²: Guaratuba - 1.325.883; Paranaguá - 826.652; Curitiba - 434.967;
228 Pontal do Paraná - 200.551; Matinhos - 117.064. Perímetro Urbano - Lei nº 1.166/2005. Apesar de
229 Guaratuba ser o 27º maior Município do Estado do Paraná em extensão territorial com 1.325.883
230 Km² e uma das maiores cidades da região litorânea, conta com apenas 50,31 Km² de área
231 urbana passível de ocupação. Quer dizer, tão somente 0,038% de todo o Município foi destinado
232 a ocupação urbana. Da área rural do município. Como se pode denotar por simples exclusão
233 99,96% do Município situa-se em área rural. Esta área está inserida na APA Estadual de
234 Guaratuba e sujeita ao seu Plano de Manejo, além de restrições de cunho ambiental por ter, na
235 maioria da sua extensão, cobertura florestal ombrófila densa. Da área urbana do município. O
236 centro urbano de Guaratuba encontra-se cercado pelo Oceano Atlântico, Baía de Guaratuba,
237 Parque Nacional Saint-Hilaire/Lange e Parque Estadual do Boguaçu, não comportando, portanto,
238 expansão da área urbana. Sistema Viário - Lei Nº 1.176/2005 - Zoneamento, Uso e Ocupação do
239 Solo - Lei nº 1.164/2005. Principais características: Restrição de verticalização em toda a extensão
240 da orla, da baía e do entorno das áreas de preservação; Preservação da ventilação; Restrição ao
241 sombreamento; Ocupação dos vazios urbanos. ZB - Zona Balneária. Principais características:
242 Altura máxima de 2 pavimentos, preservando a ventilação e evitando o sombreamento da orla e
243 da Baía de Guaratuba. É destinada predominantemente à habitação unifamiliar e unifamiliar em
244 série, à habitação transitória (hotéis e pousadas) e ao comércio vicinal de bairro. A pouca
245 verticalização hoje existente na ZB é fruto da aplicação da legislação estadual que permite a
246 edificação de até 4 pavimentos. ZR1 - Zona Residencial 1. Principais características: Localizada
247 de forma contígua à Zona de Transição, tem finalidade de evitar o adensamento e a verticalização
248 à medida que se aproxima do Parque Estadual do Boguaçu, permitida altura máxima de 2
249 pavimentos. É destinada predominantemente à habitação unifamiliar e unifamiliar em série e ao
250 comércio vicinal e de bairro. ZR2 - Zona Residencial 2. Principais características: Altura máxima
251 de 3 pavimentos. É destinada predominantemente à habitação unifamiliar e unifamiliar em série, à
252 habitação institucional, ao comércio vicinal e de bairro e ao uso comunitário. ZR3 - Zona

253 Residencial 3. Principais características: Altura máxima de 6 pavimentos, facultado 10 pavimentos
254 se os lotes forem maiores que 900m² e com testada mínima de 20m. É destinada
255 predominantemente à habitação unifamiliar e unifamiliar em série, à habitação institucional, ao
256 comércio vicinal e de bairro e ao uso comunitário. ZR4 - Zona Residencial 4. Principais
257 características: Ocupa pequeníssima porção do perímetro urbano, permitindo altura máxima de 2
258 pavimentos, facultado 8 pavimentos se os lotes forem maiores que 450m² e com testada mínima
259 de 15m. É destinada predominantemente à habitação unifamiliar e unifamiliar em série, à
260 habitação transitória, à habitação institucional, ao comércio vicinal e ao uso comunitário. ZR5 -
261 Zona Residencial 5. Principais características: Caracteriza-se por uma parcela central do
262 perímetro urbano, afastado da orla, da baía e do entorno do Parque Estadual, sendo permitindo
263 altura máxima de 2 pavimentos, facultado 10 pavimentos se os lotes forem maiores que 450m² e
264 com testada mínima de 15m. É destinada predominantemente à habitação unifamiliar, à
265 habitação coletiva, à habitação transitória, à habitação institucional, ao comércio vicinal e de
266 bairro e ao uso comunitário. ZEIS - Zona Especial de Interesse Social. Principais características:
267 São porções do território destinadas à regularização fundiária decorrente de programas
268 habitacionais dos governos federal, estadual e municipal, destinados à famílias que hoje residem
269 em áreas de risco e de preservação permanente. Também comportam programas destinados a
270 novos assentamentos de famílias de baixa renda nos moldes da legislação federal. São
271 destinadas predominantemente à habitação unifamiliar, aos conjuntos habitacionais e ao
272 comércio vicinal. ZT - Zona de Transição. Principais características: Caracteriza-se como a área
273 do Município destinada à transição entre as zonas urbanas e o Parque Estadual do Boguaçu.
274 Permite parcelamentos com lotes mínimos de 5.000m² (cinco mil metros quadrados), com baixos
275 índices construtivos. É destinada predominantemente à habitação unifamiliar, à habitação
276 coletiva, à habitação transitória, à habitação institucional e ao uso comunitário. ZPA - Zona de
277 Proteção Ambiental. Principais características: Caracteriza-se como a área do Município
278 destinada à transição entre as zonas urbanas e o Parque Estadual do Boguaçu. Permite
279 parcelamentos com lotes mínimos de 5.000m² (cinco mil metros quadrados), com baixos índices
280 construtivos. É destinada predominantemente à habitação unifamiliar, à habitação coletiva, à
281 habitação transitória, à habitação institucional e ao uso comunitário. ZPHC - Zona de Proteção
282 Histórico-Cultural. Principais características: Caracteriza-se como áreas urbanas sobre as quais
283 devem ser executados projetos de resgate do seu caráter histórico, mediante a restauração de
284 sua morfologia e volumetria tradicionais, a fixação da população residente e a atração de
285 atividades compatíveis, nos moldes da legislação. ZPRA - Zona de Preservação Ambiental.
286 Principais características: Caracteriza-se como áreas correspondentes às faixas de preservação
287 permanente ao longo dos corpos d'água, destinadas à preservação ambiental. Das diretrizes de
288 desenvolvimento. O Plano Diretor de Guaratuba contempla inúmeras diretrizes de
289 desenvolvimento institucional, econômico, social e ambiental, em várias frentes, inclusive a
290 drenagem urbana, contemplando, ainda, as estratégias necessárias para sua consecução. Das
291 estratégias de desenvolvimento. Algumas das estratégias de desenvolvimento traçadas pelo
292 Plano Diretor de Guaratuba contemplam: reforma administrativa, planta genérica de valores, base
293 de dados digitais em sistemas de informações geográficas, preenchimento dos vazios urbanos,
294 regularização fundiária, implementação da Avenida Paraná, incentivo a maricultura, incentivo ao

295 turismo, a criação e implementação das unidades de conservação no Morro de Caieiras e no
296 Morro do Cristo. Dos instrumentos de política e de desenvolvimento. Dentre os inúmeros
297 instrumentos de política e de desenvolvimento do Município previstos no Plano Diretor,
298 destacamos: o parcelamento, edificação ou utilização compulsórios; o Iptu progressivo no
299 tempo; a outorga onerosa do direito de construir; a transferência do direito de construir; o
300 consórcio imobiliário; o direito de preempção; o direito de superfície; o estudo de impacto de
301 vizinhança; o tombamento; o licenciamento ambiental municipal. Dos instrumentos de política e
302 de desenvolvimento: a criação das Zonas Especiais de Interesse Social, a concessão de direito
303 real de uso, a concessão de uso especial para fins de moradia; a assistência técnica e jurídica
304 gratuita para as comunidades e grupos sociais menos favorecidos; as conferências públicas; os
305 conselhos municipais; os fundos municipais; as audiências e consultas públicas. Plano de
306 desenvolvimento. Balizado nos índices de crescimento populacional e equilibrado pelas ações de
307 preservação, o desenvolvimento admissível e desejável para Guaratuba diz respeito ao
308 crescimento racional urbano, resguardando a particularidade de cada bairro. Como cada um
309 destes núcleos possui singularidades, eles precisarão de projetos específicos de
310 desenvolvimento, que vão levar em conta as condições geográficas e ambientais, a capacidade
311 da oferta de infraestrutura e as limitações dos fluxos de mobilidade. Verticalizações e
312 densificações deverão corresponder às áreas dotadas de infraestrutura mais avançada.
313 Sustentabilidade. Enfrentar o reposicionamento dos valores que conferem qualidade de vida à
314 população é um grande desafio a ser vencido. É compromisso do Município de Guaratuba
315 assumir o convívio social como função precípua da cidade, mas se voltando sempre para
316 políticas de conscientização e preservação ambiental, fomentadas através de campanhas
317 educativas nas escolas e na comunidade, de forma a manter salubre o ambiente que vivemos.
318 Como medidas práticas destacam-se: a arborização do Município, o reaproveitamento das águas
319 da chuva e a geração de menor volume de lixo e sua reciclagem em usinas mantidas pelo poder
320 público e pela iniciativa privada, dentre outras. Infraestrutura urbana. Quase uma década se
321 passou da aprovação do Plano Diretor pelo Legislativo Municipal e três décadas se passaram
322 desde a última legislação estadual sobre a ocupação do Município. Muita coisa mudou, o
323 crescimento natural da cidade e a aplicação do Plano Diretor trouxeram inúmeros avanços tais
324 como demonstraremos, financiados em sua maior parte com recursos do próprio Governo
325 Estadual. Do saneamento. Segundo os dados fornecidos pela SANEPAR relativos ao ano de
326 2011: 22.051 unidades com abastecimento de água pela SANEPAR, equivalente a 90% da área
327 urbana, com capacidade de reservação de 15.000m³; 11.961 unidades com esgotamento
328 sanitário equivalente a 52,36%; Após a elaboração do Plano Municipal de Água e Esgoto - PMAE,
329 houve investimentos de aproximadamente R\$ 38.500.000,00. Hoje a rede coletora já supera 80%
330 das unidades existentes, devendo chegar a 85% até o final deste ano. Da pavimentação. Através
331 de recursos da SEDU/Paraná Cidade, convênios com o DER e, também, com recurso próprios, o
332 Município de Guaratuba vem realizando obras de pavimentação asfáltica que já superam a marca
333 dos 30 Km. Reurbanização da orla. A reurbanização da orla de Guaratuba começa ainda neste
334 semestre e vai incluir a construção de um mirante no Morro do Cristo. As obras da orla começam
335 no trecho da Praia do Brejatuba entre as pedras e a Praça dos Paraguaiois. Até a próxima
336 temporada deverá estar pronta toda a repaginação da Praia Central. Serão R\$ 6 milhões do

337 Governo Estadual investidos no projeto. O projeto da nova orla. O projeto do Governo do Estado
338 será executado em três fases: A primeira é do Brejatuba, com construção de calçadas, uma
339 ciclofaixa, playground, bicicletário, chuveiro, poste para prática do slickline e academia ao ar livre;
340 A segunda é no Morro do Cristo, onde será construído um deck com visão de 360 graus, loja de
341 conveniência, lanchonete e banheiros; A terceira, na Avenida Atlântica, a repaginação vai do
342 Morro Cristo às pedras de Caieiras. O trecho terá a calçada ampliada, ciclofaixa, playground,
343 bicicletários, novos chuveiros, pontos para slickline, novas academias e equipamento para
344 alongamento e criação de áreas de contemplação, lazer e prática de esporte. Regularização
345 fundiária. A política urbana aplicada possibilitou a realização de regularização fundiária através do
346 Poder Judiciário (usucapião), beneficiando aproximadamente 1.500 famílias. A segunda fase do
347 projeto municipal terá início no segundo semestre deste ano, beneficiando mais 2.000 famílias.
348 Em outra frente foi iniciado o projeto de regularização fundiária consistente na remoção de
349 famílias que ocupam áreas de risco e de preservação permanente. O Município está doando 178
350 lotes à COHAPAR para implantação de moradias populares - inicialmente este projeto beneficiará
351 aproximadamente 500 famílias. O Projeto da COHAPAR está aguardando a liberação ambiental
352 da área, sendo que o IAP entende que, somente poderá apreciar o pedido de licenciamento após
353 a homologação do Plano Diretor por este Conselho. Plano Diretor uma necessidade. Como
354 vemos a cidade não para, pois o progresso não pede passagem! Por esta razão precisamos do
355 referendo dos nobres Conselheiros no Plano Diretor de Guaratuba. O crescimento da cidade, da
356 mesma forma que pode trazer uma evolução social, econômica e até mesmo cultural, pode gerar
357 uma involução se deixarmos o crescimento desordenado ocupar a cidade! O SR. PRESIDENTE
358 (Luiz Eduardo Cheida):- Nós que agradecemos, Dr. Marcelo, por ter cumprido
359 impressionantemente os 30 minutos. Parabéns! Antes de continuarmos, sem desmerecer a
360 grandeza e pujança, do município de Guaratuba, preciso fazer uma correção aqui. A área que foi
361 falada em um milhão de quilômetros quadrados, na verdade mil quilômetros quadrados, caso
362 contrário Guaratuba tomaria 20% do Paraná. Quero saudar com grande alegria também a
363 presença do Prefeito de Antonina, João Ubirajara entre nós, e aproveito para agradecer muito ao
364 José Maria Correia o nosso Secretário e à equipe do Colit, o Dr. Pontes, o Dr. Saulo, Dr. Marcelo e
365 à Dra. Carmem Leal, por esse trabalho extraordinário, que não vamos aqui revisar, mas talvez
366 estejamos vencendo a barreira dos 2.920 dias de atraso, mais ou menos, desses dois Planos
367 Diretores deveriam estar já homologados. Vamos passar à discussão e votação para
368 homologação do Plano Diretor de Guaratuba com a seguinte condicionante. Eu gostaria que
369 todos tivessem bem claro isso, abrir uma aspa aqui: "Para plena vigência do Plano Diretor de
370 Guaratuba será editado um decreto estadual com texto originário de minuta analisada e votada
371 pelo pleno do Colit desse Conselho, compatibilizando os parâmetros para a ocupação do uso do
372 solo e zoneamento ora estabelecidos no Decreto 2722/84 a ser apresentado e submetido ao Sr.
373 Governador do Estado do Paraná". Essa é a condicionante. Vamos então discutir, votar para
374 homologação e encaminharmos ao Sr. governador para esta apreciação e edição de um decreto
375 novo com relação ao Plano Diretor e da mesma forma faremos com Matinhos também. Acho que
376 isso está bem claro entre nós. A palavra está em aberto para todos os Conselheiros que queiram
377 fazer uso, Conselheiras, vamos discutir e colocarmos em votação depois. Eu pediria que o Dr.
378 Marcelo e o Dr. Jean Cobert pudesse estar apostos para eventualmente esclarecer a todos os

379 Conselheiros bem como a Prefeita e seus demais assessores. A palavra está franqueada a todos
380 os Conselheiros e quem quiser fazer uso dela, inscrevam-se junto ao Dr. José Maria - Secretário,
381 respeitando sempre o tempo de cinco minutos para perguntarem e cinco minutos para a
382 resposta. Se houver questão de ordem, como combinado no início, três minutos e apartes dois
383 minutos, mas possivelmente não terá porque a apresentação já foi feita. O Sr. Secretário
384 Executivo, José Maria Correa (SEMA):- Nós temos à disposição dos presentes todos os mapas
385 preparados pela equipe expositora. Com a palavra Coronel Jack Holmer.> O Sr. Jack Holmer
386 (Entidades Ambientais do Estado do Paraná):- Como Conselheiro, gostaria inicialmente de
387 parabenizar a apresentação, o trabalho da Comissão que, tenho certeza, foi exaustivo e dentro da
388 metodologia foi bem apreciado. Infelizmente aconteceu, não sei se> aconteceu com outros, mas
389 aconteceu comigo, eu tomei conhecimento há poucos dias da reunião e até agora não recebi
390 nenhum documento. Eu não pude nem ter vistas, observar o que há nessa reformação do Plano
391 Diretor. Então, essa consideração gostaria de fazer. Então, eu não tenho condições de avaliar em
392 razão de não ter visto nada, só a apresentação. A apresentação foi dada mas os artigos de um a
393 'n' eu> não consegui, não observei, não vi. Com certeza está tudo primoroso, mas algum
394 equívoco pode passar ou não, e a gente poderia auxiliar nesse sentido. Inicialmente queria
395 colocar isso. Outra consideração que eu faço é quando o senhor falou da zona de
396 balneabilidade, para as ZR-1, zona de balneabilidade. Prainha e Caieiras, como se faria se fosse
397 alguma zona de balneabilidade, poderia ser construídos sobrados com mais de 50% do terreno?
398 O Sr. Nathanael Fanini:- Faço parte da coordenação do Plano Diretor. Prainhas não está ainda
399 neste contexto, porque estamos aprovando o plano existente. Na nossa revisão que já está
400 inclusive prevista será estudada exaustivamente essa situação se é possível ou não ser colocada
401 em Prainhas somente unifamiliar térrea ou dois pavimentos. O Sr. Jack Holmer (Entidades
402 Ambientais do Estado do Paraná):- Parabéns, porque há pouco da reunião o custo de uma
403 audiência, de uma reunião pública que Guaratuba fez com o Ministério Público, com a localidade
404 que eles pedem a manutenção das ZR-1 conforme Decreto 2722/84 em razão da densificações o
405 e da retirada do efluente, porque é uma zona muito pequena. O Sr. Nathanael Fanini:-
406 Exatamente. O problema lá é o esgotamento sanitário em função da questão geológica da região.
407 Mas essas situações todas vão ser estudadas na nossa revisão que já está programada. Nós
408 temos duas programações inclusive, não é só revisão do Plano Diretor. Vamos fazer um
409 levantamento florístico/florestal das nossas áreas, porque nesses nossos loteamentos que foram
410 aprovados antes da Lei Mata Atlântica, conseqüentemente não se exigia na época o
411 licenciamento ambiental e como já está previsto na própria lei, vamos fazer um levantamento
412 florístico/florestal para vermos onde poderemos realmente implantar os loteamentos, onde
413 podemos fazer compensações ambientais e onde temos que preservar. Já está inclusive licitado
414 pelo município essas duas situações: revisão do Plano Diretor , mas para revisarmos o Plano
415 Diretor primeiro temos que aprovar o plano, temos que revisar em cima de alguma coisa. Nosso
416 plano é de 2005, houve inclusive dois ajustes nesse plano, em 2009 e em 2012, que foi
417 exatamente para afastar mais, porque o nosso foco é a nossa orla. Inclusive em 2011 afastamos
418 mais as nossas ZR-5, são dez pavimentos, para mais longe da orla. O nosso posicionamento é
419 esse. Mas essa situação de Prainhas pode ser contemplada na nossa revisão, sem dúvida
420 nenhuma. O Sr. Jack Holmer (Entidades Ambientais do Estado do Paraná):- Então, gostaria de

421 passar as suas mãos a pauta do dia feita na reunião com participação da Prefeitura Municipal de
422 Guaratuba, o Ministério Público e as pessoas inclusive estavam lá. Sr. Presidente, o apresentador
423 apresentou a parte de mapeamento, então essa dúvida já me veio. Então, eu fico a pensar no que
424 está no plano quanto à área úmida, quanto a declive, quanto exploração de vegetais e minerais,
425 tendo em vista que temos o Parque Nacional e o Parque Estadual do Bogaçu e a APA. Só para
426 registrar isso por momento, vou aguardar o de Matinhos. O SR. PRESIDENTE (Luiz Eduardo
427 Cheida):- Conselheiro Jack Holmer, vou pedir ao nosso Secretário que faça as explicações com
428 relação ao seu não recebimento do material, e até indagaria se há mais algum Conselheiro em
429 nossa reunião que não tenha também recebido. O Sr. Secretário Executivo, José Maria Correa
430 (SEMA):- Sr. Presidente, assim que a Comissão especialmente designada concluiu os seus
431 trabalhos, trabalhamos todos inclusive durante o período de carnaval, durante os feriados, nós
432 imediatamente remetemos com os meios que dispúnhamos, alguns casos através de motoboy,
433 em outros casos através do Correio, para todos os Conselheiros um CD com as informações e
434 com o Plano Diretor em sua íntegra. Boa parte dele já estava no site do Colit. Então, foi o que foi
435 possível fazer considerando que estamos e um tur de forças, correndo contra o tempo para tentar
436 recuperar esse tempo perdido. O Sr Jack Holmer (Entidades Ambientais do Estado do Paraná):-
437 Eu entendo, inclusive entramos em contato com o Sr. Saulo e ele providenciou alguém para
438 entregar na minha casa, mas não chegou. O Sr. Secretário Executivo, José Maria Correa (SEMA):-
439 Deve ter havido um extravio, infelizmente essas coisas fogem ao nosso controle. O Sr. Vilmar
440 Faria Silva:- Se o Conselheiro quiser tenho certeza que a Comissão da prefeitura tem condições
441 de esclarecer e o material está disponível aqui para uma consulta rápida, se isso satisfizer
442 o Conselheiro. Então, se os pontos forem esses elencados como questão de dúvida, a Comissão
443 de município tem condição de explicar, porque está com o material aqui. É uma sugestão
444 apenas. O Sr. Secretário Executivo, José Maria Correa (SEMA):- Próximo inscrito, Dr. Heitor do
445 Sind Seab. O Sr. Heitor Rubens Raymundo (Sind Seab):- Boa tarde a todos. Queria inicialmente
446 ressaltar o trabalho feito, é um trabalho substancioso e criterioso, porque é difícil analisarmos
447 tudo isso. Inclusive me vali de algumas pessoas na estrutura da Sema e do IAP para ter algumas
448 informações da leitura rápida que eu pude fazer. A nossa entidade quando veio pleiteou uma
449 vaga no Conselho, tinha e tem dois objetivos. O primeiro é o fortalecimento dos municípios ou
450 das entidades locais, me parece que a gente tem que ter uma visão não vesga mais. O Litoral
451 também tem que sobreviver e dá melhores condições de vida à sua população. E nosso segundo
452 objetivo é respeitar a legislação, especialmente a que traz um equilíbrio no desenvolvimento com
453 a visão ambiental, econômica e social. Não pude me aprofundar, mas tenho algum
454 conhecimento, trabalhei e morei no Litoral, especificamente em Morretes e conheço um
455 pouquinho do Litoral. Lembro-me que um dos grandes problemas do Litoral é saneamento, na
456 questão ambiental, na visão municipal. A balneabilidade do Litoral está vinculada ao saneamento.
457 Um Plano Diretor que não vislumbre e com rapidez, não para o futuro, para já, a questão de
458 saneamento ambiental, não tem viabilidade, é mera enganação. Daqui algum tempo nós
459 paranaense, nossa geração futura, pagarão o preço como pagamos em alguns setores porque
460 não tivemos uma visão estratégica. Essa é a primeira questão. E aí, Caieira e Prainha, como
461 vamos tirar se colocarmos muito sobrado de dois andares ou muita habitação? Como vamos tirar
462 o esgoto, por exemplo, de lá? Na Ilha do Mel enfrentamos isso. Uma temporada não dá para

463 chegar lá por causa do cheiro, especialmente na zona de pousadas e isso faz com que o próprio
464 comércio tenha prejuízo. Os próprios comerciantes, o Orlando, o Guilherme, a Toca da Bútria, a
465 Marise, enfim, esse pessoal fala que tem que parar, o IAP tem que tomar alguma providência,
466 porque senão eles tomam prejuízo. Ninguém mais quer ir para a Ilha, principalmente a elite que ia
467 para gastar, e se elitiza no sentido de renda, com uma visão também econômica. O nosso Litoral
468 a mesma coisa, especialmente Caieira e Prainha. Eu me lembro que Caieira e Prainha tem uma
469 demanda judicial antiquíssima por algum problema. A Prefeita está me falando que não pertence
470 a Guaratuba, mas Prainha pertence. Então, essa é uma preocupação que quero expressar aqui
471 drenagem urbana, mas especificamente o saneamento. A outra questão eu não consegui
472 entender: por que nós temos toda essa pressa, neste momento, já que estamos simplesmente
473 homologando um plano que é de 2005? Lembro-me que na primeira reunião eu registrei,
474 Secretário Cheida, fui rememorar, procurar para ter uma participação um pouquinho qualificada e
475 há mais de dois anos não se tinha reunião no Conselho. De repente, tivemos a reunião passada,
476 estamos tendo essa e tiver alguma justificativa econômica para o bem da população do Litoral,
477 para o desenvolvimento, ok, aí se justifica, vamos falar isso! Porque fica estranho no atropelo...
478 Como o Jack frisou, eu recebi dez dias antes, eu poderia ter passado a uma equipe técnica das
479 entidades, discutir com o movimento sindical através do fórum, né, Justus que tem contribuído na
480 Assembleia, apesar de às vezes incompreendido, enfim, o meu voto será no sentido de acreditar
481 em algumas coisas na boa vontade dos que aqui estão. Então, queria fazer essa preliminar para
482 dizer o seguinte: a minha avaliação é que o controle social deve ser exercido de forma efetiva. Eu
483 me preocupei que você falou que houve a discussão e isso não está claro nesse novo plano,
484 então não efetivamos o controle social. Porque não está contido no plano. Essa é a primeira
485 questão. A segunda questão é uma pergunta: Será que esse plano que estamos aprovando hoje
486 é consonante com a Lei da Mata Atlântica? É consonante com a legislação que estabelece o
487 zoneamento costeiro? Estou dizendo no plano federal, para não falar na 7389 ou a lei do uso do
488 solo do Paraná, como a lei do ex-deputado Furiatti. Enfim, eu não tenho essas convicções, eu me
489 sinto numa dificuldade imensa. Vou muito mais na confiabilidade dos técnicos, que são pessoas
490 competentes que não desconhecemos e também habilmente nas pessoas que estão aqui e que
491 votarão, até indo a roldão do Secretário Cheida que é uma pessoa que tem contribuído com a
492 questão e tem uma responsabilidade ambiental histórica. É mais nesse sentido que posso trilhar.
493 Agora, com uma insegurança imensa no sentido de que talvez pudéssemos ter não debatido
494 mais, mas talvez fazer a revisão já no geral. Seria muito melhor, com prazo maior, enfim. Mas
495 como sou novo no Conselho também não quero criar nenhum tipo de empecilho, impedimento
496 para desenvolvermos um trabalho no sentido desses dois eixos: melhoria de vida da população
497 do Litoral e conseqüentemente o fortalecimento dos entes públicos ou locais e com a legislação
498 especialmente a federal e a estadual. O Sr. Secretário Executivo, José Maria Correa (SEMA):-
499 Com a palavra a equipe técnica de Guaratuba em relação às colocações do brilhante advogado e
500 sindicalista Dr. Heitor, nosso amigo de várias décadas. O Sr. Jean Colbert Dias (Secretário de
501 Assuntos Jurídicos do Município de Guaratuba):- Boa tarde, meu nome é Jean, sou Secretário de
502 Assuntos Jurídicos do município de Guaratuba. Primeiramente nós informamos que esse plano
503 não é novo, não estamos trazendo nenhum plano novo para o Conselho. Este plano é do ano de
504 2005, já aprovado pela Câmara Municipal e plenamente aplicado ao município de Guaratuba.

505 Tivemos algumas modificações, adequações, de acordo com os anseios da população local, em
506 2009 a 2011. Na realidade dependemos desse plano para uma completa reforma e evitarmos que
507 continuem as invasões desenfreadas no município. Nós temos mais de cinco mil invasões e não
508 conseguimos conter. A prefeitura lançou um projeto de regularização fundiária, estamos
509 conseguindo segurar às duras penas para que possamos inclusive retirar famílias e ocupantes de
510 área de risco e de áreas proteção ambiental. Nós estamos com quinhentas casas liberadas pela
511 Cohapar, aguardando apenas o aval do licenciamento ambiental. Então, estamos numa situação
512 de emergência há mais de vinte anos, não é de agora o nosso problema. Temos que estancar a
513 ocupação desordenada no município, é o anseio sim da nossa comunidade, já estamos com um
514 projeto contratado de revisão do Plano Diretor, a prefeitura também tem o entendimento que a
515 Prainha tem que ser ocupada de forma diferenciada. O município de Guaratuba pretende com
516 essas reformas inclusive ser mais restritiva do que já é hoje o Decreto 2722, nós permitimos
517 apenas dois andares, afastamento de edificações máximo de dois andares e o afastamento
518 também de edificações da proximidade do Parque do Boguaçu. Nós queremos sim um
519 crescimento, não podemos permitir que a cidade de Guaratuba continue sendo ocupada de
520 forma desordenada, não temos nenhum sistema de controle mais possível e estamos á beira de
521 um caos. Ou nós aprovamos este plano e passamos para um plano ideal que é uma reforma já
522 nos próximos momentos ou a gente involui e simplesmente perdemos o controle da cidade, a
523 cidade está sendo invadida por todos os lados e nós precisamos que os Conselheiros entendam
524 que este é o anseio, é a necessidade do município de Guaratuba. O Sr. Jack Holmer (Entidades
525 Ambientais do Estado do Paraná):- Continuando no exemplo, o único que vislumbrei, porque não
526 vi o resto, aprovado hoje, homologado hoje, como está a zona de balneabilidade de Prainhas?
527 Amanhã entra um proprietário, requer a construção de sobrados com que base os senhores vão
528 negar? Qual a base legal? Não é ZR-1? O Sr. Marcelo Bom dos Santos:- ZR-1 não. A
529 nomenclatura adotada pelo município, vamos dizer que tem uma ZR-1 que não tem nada a ver
530 com a ZR-1 do Decreto 2722, zona balneária permite no máximo dois pavimentos. Eu citei ali
531 efetivamente uma restrição em termos de altura, mas não é a única restrição. Tem uma restrição
532 em termos de recuos, de altura, tem uma restrição em termos de porcentual de área ocupada. O
533 Sr. Jack Holmer (Entidades Ambientais do Estado do Paraná):- É 50% a área ocupada do
534 terreno? O Sr. Nathanael Fanini:- A altura máxima, não quer dizer que tenha que ser dois, o
535 máximo permitido são dois pavimentos. O terreno tem que ter no mínimo 360 m². O Sr. Jack
536 Holmer (Entidades Ambientais do Estado do Paraná):- E a área construída? São esses exemplos,
537 Presidente, que dou nesse caso colocamos algumas dúvidas, imagine em outras situações como
538 áreas úmidas, como declividade, como cota máxima, mineração, como exploração florestal. Eu
539 gostaria de ler isso antes, não me sinto confortável em homologar e gostaria de um prazo para ler
540 e poder votar com tranquilidade aos que eu represento. Então, se for possível até dar vistas ao
541 processo para que eu possa ver. O SR. PRESIDENTE (Luiz Eduardo Cheida):- Só pergunto ao
542 Conselheiro Jack se terminou. O Sr. Jack Holmer (Entidades Ambientais do Estado do Paraná):-
543 Terminei. O SR. PRESIDENTE (Luiz Eduardo Cheida):- Com a palavra, Sr. Vilmar. O Sr. Vilmar
544 Farias Silva:- Eu entendo a preocupação do Conselheiro, mas não posso deixar de registrar aqui
545 que este plano está desde 2006 disponível para consulta no site do Colit. Desde 2006! Então,
546 desculpe, Conselheiro, se não teve acesso é porque talvez não tenha ido atrás. Desculpa estar

547 falando, porque eu sei que está disponível lá desde 2006 no Colit. As poucas alterações que
548 foram feitas diz respeito tão somente à restrição de uma zona residencial e ampliação do
549 potencial construtivo numa zona muito especial, quer dizer, ZRT que tem toda a infraestrutura
550 para suportar novas edificações. Eu falo, porque realmente faz muito tempo que os guaratubanos
551 estão esperando pela homologação desse plano. Os seus temores e as suas responsabilidades
552 eu respeito, inclusive sei que o senhor tem direito a pedir vistas, mas para o nosso processo
553 nesse momento, é minha opinião como Conselheiro agora, não como relator, é um atraso. Desde
554 2005 está disponível no site do Colit. Era o que eu, neste momento, poderia falar. O SR.
555 PRESIDENTE (Luiz Eduardo Cheida):- A palavra continua em aberto. O Sr. Jack Holmer
556 (Entidades Ambientais do Estado do Paraná):- Eu só gostaria de ter um aparte. Pode ser que eu
557 seja incompetente, como Conselheiro aqui, pela manifestação do nobre Conselheiro lá, por não
558 ter observado, mas se está desde 2006 por que foi para uma Comissão para fazer uma revisão e
559 acrescentar ou retirar? Não entendo essa colocação. O SR. PRESIDENTE (Luiz Eduardo Cheida):-
560 Com a palavra o Conselheiro Vilmar. O Sr. Vilmar Farias Silva:- Novamente tenho que colocar aqui
561 que a Comissão foi criada para justamente resolver isso de uma forma definitiva. O que não é o
562 caso os Planos Diretores são dinâmicos inclusive agora como relator a Comissão recomenda que
563 tanto Matinhos quanto Guaratuba passa por um processo de revisão, mas para revisar tem que
564 ter o que revisar. A Comissão técnica criada pela 63ª reunião do Conselho pleno criou ou instituiu
565 a Comissão Técnica para analisar a aplicabilidade e a compatibilidade dos Planos Diretores de
566 Guaratuba, Matinhos e Pontal e a resolução SEMA existentes e aprovados em suas Câmaras.
567 Resolução sema 09/2014 diz quais são os membros que têm que ser feito. Então, não é questão
568 de ser competente ou não, a informação está lá e nós precisamos. Se o momento é esse é neste
569 que nós temos que trabalhar, senão vamos sempre ficar esperando pelo momento ideal, ter um
570 plano ideal e nunca vamos conseguir isso. O plano ideal não existe, porque amanhã muda
571 alguma coisa e nós temos que rever os nossos conceitos. Então, é o que tenho que falar nesse
572 momento para o Conselheiro e para os demais pares aqui. O SR. PRESIDENTE (Luiz Eduardo
573 Cheida):- Com a palavra o deputado Nelson Justus. O Sr. Nelson Justus:- Quero agradecer, Sr.
574 Secretário Cheida, cumprimentar todos os Conselheiros, os Prefeitos aqui presentes e todas
575 aquelas pessoas que fizeram, de uma maneira ou de outra, todos os técnicos competentíssimos,
576 que fizeram com que pudéssemos chegar a este momento aqui que chegamos hoje. E olha, sou
577 testemunha que não foram poucas as vezes, poucas as reuniões, poucos os debates, poucas as
578 conversas, para que chegássemos onde chegamos. Mas eu não posso, ao ouvir o pedido de
579 vistas do nobre do Conselheiro, deixar de contar a todas as senhoras e a todos os senhores que
580 aqui estão o filme que eu já vi. Eu não nasci com esses cabelos brancos, eu também tive já um
581 cabelo bonito, preto. E há alguns anos atrás, e lá se vão muitos anos atrás, para se dizer a
582 verdade no primeiro Governo do Roberto Requião, aquele que o Requião ganhou do Martinez,
583 numa reunião do Conselho do Litoral, lá no Palácio Iguazu, naquela sala onde tem as fotografias,
584 o retrato pintado de todos os ex-governadores, naquela sala uma Conselheira solicitou vistas
585 porque ela não tinha o conhecimento total de tudo aquilo que se estava votando. Foi concedido
586 vistas a ela, porque era um direito. Quando terminou a reunião eu consultei a Secretária de então,
587 disse: "Secretária, por que o pedido de vistas?" Disse: "Eu não tinha conhecimento do que eu ia
588 votar, eu não estava segura como o senhor!" Pois bem, aquele pedido de vistas faz com trinta

589 anos depois estejamos reunidos aqui para aprovar o mesmo Plano Diretor que podíamos ter
590 aprovado naquele tempo. Então, quero pedir com muita humildade ao nobre Conselheiro que
591 reveja esse posicionamento, porque só quem mora, quem vota e quem vive na cidade de
592 Guaratuba é que realmente sabe o que precisa a sua cidade. O Jaime Lerner, com muita
593 propriedade no seu livro de acupuntura, fala que acupunturalmente nós temos que ir lá ver o que
594 precisa a sua cidade. E nós, Smanhoto, sabemos o que precisamos lá. Nós não podemos, como
595 disse o Dr. Jean, conviver mais com a insegurança das invasões que nós temos lá em Guaratuba,
596 com o aval que o Governo do Estado tem nos dado e se alguém tem resgatada a dívida que o
597 Paraná tem para com o Litoral é esse Governo - o Paraná tem uma dívida muito grande para com
598 o Litoral do Paraná. E uma dessas dívidas é a não aprovação desse Plano Diretor, porque nós
599 não podemos avançar! Nós não podemos conter as invasões. Nós temos mais de mil casas
600 aprovadas pela Cohapar e não temos como iniciá-las porque não temos o nosso Plano Diretor. O
601 IAP, enquanto não tivermos esse Plano Diretor, se vale de um artigo que diz que não se pode
602 fazer nada há dois mil metros da orla até a baía. Isto é, não se pode construir nada em lugar
603 nenhum, porque dois mil metros é a área que liga a baía à praia central de Guaratuba. Nós não
604 podemos ficar à mercê do tempo. Meu Deus do céu, eu fui Presidente da Cohapar e fui
605 Presidente da Sanepar. As Caieiras pertencem ao Governo do Estado, ano pertence a Guaratuba,
606 ela tem dois bairros em Guaratuba que não tem água e esgoto ainda. Um deles é a Caieiras,
607 pouca gente sabe disso, porque nós não podemos intervir lá nas Caieiras. Não se dá alvará e PT
608 saudações. Se ficarmos à mercê desses atrasos, aí eu não vou ficar com os cabelos mais
609 brancos, eu vou ficar careca, vou morrer e não vou ver a minha cidade avançar, porque este
610 Plano Diretor é um avanço. Eu não tenho a menor dúvida. A contribuição que o Governo do
611 Estado quer dar, nos incentivos que Guaratuba recebeu, todos os convênios que nós firmamos,
612 se nós não avançarmos vamos continuar com receio de entrarmos na Portelinha. Lá existe um
613 bairro chamado Portelinha, onde nem a polícia entra. E nós, com muita calma, as nossas
614 assistentes sociais, através de um trabalho feito pela Prefeita tem entrado, conversado. Nós
615 temos que dar áreas com escritura, com registro para fazer juntamente com a Cohapar esse
616 assentamento definitivo. Sem o Plano Diretor nós não podemos fazer isso, sem o Plano Diretor
617 nós não podemos sequer obtermos alguns financiamentos que nós temos do Governo Federal .
618 Ora, o Requião no Governo passado não assinava convênio com município que não tivesse o
619 Plano Diretor! Está aí o Secretário Cheida que lembra disso. Assinou com Guaratuba o convênio a
620 meu pedido, abrindo uma exceção. No Paraná hoje nós temos três ou quatro cidades, não temos
621 mais que isso, corrija-me se eu estiver errado, que não têm Plano Diretor. Não é possível que a
622 cada vez que nós estamos à beira de marcamos um tempo para o nosso Litoral nós temos que
623 ceder, dando vistas e não vamos ter mais o tempo. Por quê? O Secretário Cheida que foi um dos
624 maiores incentivadores desses Planos Diretores vai ter que deixar a Secretaria daqui a pouco,
625 como os outros Secretários, o governador também pode deixar o seu cargo, mas Guaratuba vai
626 estar lá. A Prefeita e nós vamos estar lá pelo menos mais três anos no Governo. Nós não
627 podemos esperar mais não, nós temos pressa sim, porque isso é uma injustiça que o Paraná faz
628 com o nosso Litoral. Eu fico triste de ver que o Pontal do Paraná não conseguiu e não tem forças
629 ainda para estar aqui votando o seu Plano Diretor, porque ele precisa desse plano. Não pode ser
630 injustiçado e tratado de maneira diferente dos outros. Então, Secretário Cheida - Presidente do

631 Conselho, Zé Maria Correia, vocês que lutaram tanto por esse Plano Diretor em tantas as
632 reuniões, está muito vivo na minha memória na última reunião em que eu estive presente, lá na
633 Secretaria de Meio Ambiente também presidida pelo Dr. Caetano, eu disse: "Por favor, que todos
634 os Conselheiros tenham conhecimento do que nós vamos votar, para evitarmos que alguém
635 cometa o que a Secretária Vera Mussi fez há trinta anos. Não sei se isso faz parte do patrimônio
636 histórico de Guaratuba ou não, então eu peço vistas!" Não foi aprovado o plano naquele dia e
637 nem trinta anos depois. Aí não, todo o mundo já recebeu, realmente está porque eu verifiquei, eu
638 tive a pachorra de imprimir o Plano Diretor duas vezes: uma lá em Guaratuba e outra aqui no meu
639 gabinete, pelo site do Conselho do Litoral. De sorte que eu não quero criticar ninguém. Quero
640 com muita humildade, Conselheiro, pedir a revisão de V.Sa. para este pedido de vistas.
641 Guaratuba não pode esperar mais! Eu canso de dizer, Cheida, brinco parafraseando o Ney Braga
642 que dizia que pelo Paraná ele brigava e pela Lapa ele morria. Eu, por Guaratuba, tenho feito o
643 mesmo. Muito obrigado, e me desculpe se me estendi demais. Mas agradeço e peço uma
644 especial deferência ao Conselheiro a nossa querida cidade do Guará que voltou e, olha,
645 Guaratuba é referência mundial em muitas coisas. Primeiro em saneamento básico, referência
646 mundial, no Paraná não tem nada parecido, no Brasil também não tem ninguém com 86% de
647 água e tratamento de esgoto. Ninguém tem, Guaratuba tem 86% hoje, hoje. Vocês não sabem o
648 que representa isso quando vocês falam em meio ambiente. Guaratuba tem a cidade inteligente,
649 a única cidade do Brasil que nos temos câmeras em quase toda a cidade. Nós vamos ter agora
650 em toda a cidade com um financiamento que nós estamos para receber agora, se Deus quiser.
651 No Carnaval, todos os crimes que aconteceram não foi a polícia com esse negócio da Copa que
652 eles falam que prenderam os caras. Foi o escritório dirigido pelo Dr. Jean lá em Guaratuba em
653 frente à prefeitura, Cheida, com as nossas câmeras em minutos, quem matou foi fulano, quem
654 tinha droga foi aquele. Aquilo que apareceu na televisão não foi o caminhão da Copa, foi o
655 equipamento da nossa cidade inteligente. Então, nesses setores nós avançamos, mas queremos
656 avançar muito mais. Nós estamos vendo 6 milhões, imagine nessa crise, Cheida, 6 milhões
657 liberados para fazer o repaginamento da Avenida Beira Mar. Como posso fazer isso sem o Plano
658 Diretor? Eu não posso fazer! Não podemos, porque alguém já questionou, na Prainha dos
659 Paraguaiois um morador não quer que o carro passe na sua frente. "Ah, vai tirar a minha
660 comodidade! Bem na frente da minha casa, agora vai ter uma cancha de esporte!" Você vai ver
661 onde ele mora, ele veio lá de Assunção. Nada contra os paraguaiois, nós queremos que eles
662 venham, mas espera aí, nós temos que avançar, o progresso é para isso mesmo, vai passar a
663 Avenida Beira Mar, quer queira o paraguaio ou não, mas com o Plano Diretor aprovado, senão
664 também não vai passar. Quero pedir, desculpe a eloquência e o tempo mais uma vez, mas é com
665 muita humildade, é com muita força que eu peço que V.Exa. abra mão desse pedido de vistas em
666 nome de uma cidade que está aqui presente, pedindo passagem, hora e vez. Muito obrigado. O
667 SR. PRESIDENTE (Luiz Eduardo Cheida):- Obrigado, Deputado Nelson Justus. Por ordem de
668 inscrição, passo a palavra à Dra. Carmem Leal para fazer algumas explicações rapidamente. A
669 Sra. Carmem Leal (SEMA):- Boa tarde a todos. Estou como assessora técnica e aí vou tentar fazer
670 algumas assessorias para que os Conselheiros possam repensar e poder decidir melhor. A
671 primeira questão é a seguinte: saneamento básico não se faz por lei. Eu não chego ali e digo
672 para o Plano Diretor: Matinhos tem que ter 100% de esgoto. Não é assim. Esgoto se faz por

673 vontade política, por negociações políticas e se constrói com recursos financeiros. Não é uma
674 legislação que vai me dizer: Olha, tenho que fazer e vou fazer. Todos nós sabemos disso. O
675 avanço que tivemos no litoral nesta questão foi muito grande graças a empenho de pessoas que
676 disseram nós temos que ter saneamento básico pelo menos na casa dos 80%, que é o que está
677 se tentando em Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná. Outra questão. O Estatuto das Cidades,
678 que foi a lei que revolucionou o planejamento no país a respeito de como se trata a cidade, o
679 Estatuto das Cidades é de 2001. Em 2001 se obrigou os municípios a fazerem os seus Planos
680 Diretores aqueles que tinham vinte mil habitantes ou aqueles em área especial de interesse
681 turístico, que é o caso específico dos municípios do litoral. Nem todos têm vinte mil e foram
682 obrigados a fazer porque estão em área especial de interesse turístico. Enfim, 2001 - Estatuto das
683 Cidades. Pela lei é homologada pelo então Presidente Lula os municípios teriam até 2008 para
684 fazer os Planos Diretores sob pena de várias sanções, ou seja, os municípios tinham que fazer os
685 seus Planos Diretores até 2008. No caso de Pontal começamos a fazer o plano em 2004, no caso
686 de Guaratuba 2005, no final de 2005 começamos Matinhos e foi aprovado em 2006. Ou seja, os
687 três municípios cumprindo legislação federal - estou falando dos três municípios, porque os
688 outros municípios a discussões não é agora. Até 2008 esses três municípios cumpriram
689 legislação federal. Estou dando questões para vocês pensarem. Qual a função dessa Comissão
690 instituída em dezembro? A função era analisar como esses planos foram feitos, se tinham sido
691 feitos em cima do joelho, se tiveram competência ou não. Então, essa foi a função da Comissão.
692 A Comissão não teve cunho de mudar, propor absolutamente nada. Tínhamos a competência de
693 analisar como os planos foram feitos, e o relatório relata isso: como eles foram feitos, dentro ou
694 não da legislação, dentro ou não do que pressupõe o Estatuto das Cidades que realmente
695 revolucionou. Então, a visão do planejador frente a vida. E isso quero muito que vocês pensem,
696 porque nós temos uma tradição e em especial no litoral de ver planejamento urbano como se
697 fosse zoneamento. Eu olho para o planejamento e digo: "Olha, ali eu posso quatro pavimentos, ali
698 eu posso dois, ali eu posso cinco, ali eu não posso nenhum!". Planejamento urbano não é apenas
699 zoneamento de uso e ocupação do solo, planejamento urbano hoje, graças ao Estatuto das
700 Cidades que foi uma discussão que vem há mais de vinte anos, o Estatuto das Cidades não saiu
701 da noite para o dia. Então, por isso que digo que o Estatuto das Cidades revolucionou a maneira
702 de ver. Então, planejamento não são mais dois pavimentos, quatros pavimentos, zoneamento
703 pura e simplesmente. Lógico que o zoneamento é a coisa mais importante que tem num
704 planejamento, mas porque ele reflete as outras questões. Ele é o resultado dessas outras
705 questões, ele é o resultado dessas outras questões, inclusive a questão de saneamento, inclusive
706 a questão ambiental, inclusive todas essas questões. Então, o zoneamento vai refletir esse
707 conjunto de questões, então os dois ou quatro pavimentos não são simplesmente as questões
708 mais importantes. Então, qual a função do Conselho do Litoral? Infelizmente ou felizmente os
709 Conselheiros têm que estar estudando, tem que estar se adequando, têm que estar lendo o
710 material no site. Ah, tem que fazer tudo isso? Tem! Porque planejamento é muito difícil. Não é fácil
711 dizer que vou fazer uma coisa ali. Não, não é. Planejamento realmente, como a gente pediu aqui
712 para que fosse dito, todo o material impresso estão naquela mesa lá, tanto Matinhos quanto
713 Guaratuba. Se vocês virem são cinco cadernos de Matinhos, quatro de Guaratuba, então
714 realmente planejamento urbano não é fácil e não numa leitura rápida. Outra questão. A questão

715 da pressa, realmente parece que há uma pressa, e na verdade acho que a palavra está muito
716 errada, porque o que aconteceu? Há um empenho imenso do Cheida e o deputado foi muito feliz
717 na sua colocação, porque houve esse empenho desenfreado do deputado Cheida em analisar,
718 criar este momento para que pudéssemos analisar esse três municípios. Outra questão
719 fundamental. A questão, por exemplo, da zona balneária e das ZR-1, no caso de Guaratuba, esta
720 é uma questão que alguns munícipes não concordam. Enfim, a alteração desse zoneamento tem
721 que se dar discutida com as pessoas que ali vivem, e aí é a proposta de Guaratuba ou é
722 aprovada aqui no Conselho uma alteração, mas desde que haja proposta de alteração totalmente
723 fundamentada ou então vamos para a revisão do plano, que é a outra questão que queria colocar
724 aqui. O Estatuto das Cidades diz que somos obrigados a rever o Plano Diretor no máximo a cada
725 dez anos, lei federal a cada dez anos. Tem alguns municípios no caso, por exemplo, de Matinhos
726 que a Câmara aprovou a cada cinco anos. No caso da lei federal a cada dez anos tem que se
727 revisto, ou seja, eles estão no prazo final de 2005, nove anos, eles estão tendo que cumprir lei
728 federal e revisar. Já estão contratando revisão. Então, eles já vão fazer revisão. E o que eu vejo?
729 Vejo um Conselho a reboque dessa situação toda. Então, nós temos que aprender a entender
730 que planejamento é dinâmico, as cidades crescem, as cidades diminuem. Então, o Conselho do
731 Litoral, que eu sempre digo eu amo e acho que é o melhor instrumento de planejamento, então
732 temos que estar nesse pique de cidade evoluindo o tempo inteiro. Quero aqui aproveitar essa
733 minha fala bem rápida, como sempre, para dizer que há dúvidas no litoral para algumas pessoas
734 quanto à questão do Pontal do Paraná, parece que não ficou muito clara essa questão de Pontal
735 do Paraná - até no final da reunião temos um tempo para que o Secretário de Urbanismo de
736 Pontal possa fazer esse esclarecimento, mas gostaria de adiantar esse esclarecimento. O próprio
737 município não quis trazer à Comissão a análise do Plano Diretor de Pontal do Paraná, porque
738 para eles hoje é muito mais viável e importante que eles façam um novo Plano Diretor, uma nova
739 visão do município e não passar para a Comissão todo um plano que eles não querem mais, não
740 está funcionando para eles. Então, a Comissão não teria viabilização da nada do que eles
741 pretendem. Então, ele vai ter o tempo de falar isso, mas gostaria muito de deixar registrado em
742 Ata que a Comissão não analisou Pontal do Paraná porque as alterações que eles estão
743 promovendo numa revisão, porque o último Plano Diretor de Pontal é de 2007 já está numa
744 contratação de revisão, será muito grande essa alteração proposta por eles. Então, não teria
745 função nenhuma. Gostaria de deixar claro esse também. Era só isso, por enquanto. O SR.
746 PRESIDENTE (Luiz Eduardo Cheida):- Muito Obrigado a assessora técnica Carmem Leal que,
747 aliás, tem feito um trabalho belíssimo reconhecido por todos aqui, todos estão empenhados
748 nesta questão. Antes de passar aos próximos inscritos, dizer que estou sendo Secretário pela
749 segunda vez. Dizem que um raio não cai duas vezes no mesmo lugar, dessa vez caiu, me pegou.
750 E tem algumas coisas que estão encalacradas na Secretaria de muitos anos. Muitos aqui
751 conhecem, o próprio Coronel Jack conhece que foi do nosso Batalhão de Polícia Militar Florestal
752 sabe e conhece muito. Vejam vocês a questão das marinas. Há mais de 15 anos as marinas
753 estão na ilegalidade, o IAP não tem como licenciar. São mais de dez mil embarcações, tanto no
754 litoral como águas interiores. Resolvemos essa questão, precisamos atropelar muito, mas
755 resolvemos. Está resolvido. Já tem uma resolução e estão na legalidade. Era um problema de
756 muitos anos, inclusive anterior à minha passagem pela Secretaria da primeira vez. Vejam a

757 questão das licenças ambientais. A descentralização das licenças ambientais já eram discutidas
758 no país há mais de doze anos, mas estava com problema. Nós tivemos que também que fazer
759 um esforço concentrado para resolver um problema de mais de décadas. Está resolvido. As
760 licenças estão descentralizadas para os municípios que queiram fazer as licenças ambientais
761 desonerando o IAP, mas resolvidas pelo Conselho Estadual de Meio ambiente. Absolutamente de
762 modo adequado, com protocolo muito claro. A mesma coisa os Planos Diretores que já foi aqui
763 amplamente explicado. Voltando à Secretaria de repente me deparo com o plano de Matinhos
764 que deixamos pronto para ser homologado no Conselho do litoral e não aconteceu isso, a
765 mesma coisa com Guaratuba. Então, essas coisas que aparentemente foram atropeladas elas
766 foram realmente decididas, inclusive nesse caso dos planos, pelo próprio Colit, na sua 63ª
767 reunião esta Comissão foi montada por decisão dos Conselheiros, não foi uma decisão do
768 Secretário, nem uma coisa forçada e nem unilateral, mas o Conselho chegou a esta conclusão
769 que deveríamos montar uma Comissão, Comissão essa que foi brilhantemente assessorada e
770 chefiada pela Dra. Carmem e hoje estamos aqui colhendo os frutos desse resultado. Eu vou
771 continuar as inscrições, vou pedir ao Conselheiro Luiz e em seguida ao Conselheiro Carlos da
772 PGE que quer fazer uma colocação também. Só pediria que a gente pudesse ser muito breve,
773 porque ainda temos que observar o Plano Diretor de Matinhos. O Sr. Conselheiro Luiz Carlos
774 Krezinski (representante de Pontal do Paraná):- Conselheiro e também membro desta Comissão
775 que fez o trabalho de avaliação desses Plano Diretores. Como foi criada uma Comissão para
776 avaliar os três Planos Diretores e Pontal colocou uma situação diferenciada, em especial ao
777 Deputado e ao Conselheiro que pediu vistas do processo, gostaria de dizer que Pontal poderia ter
778 aproveitado este momento para tornar Matinhos e Guaratuba reféns, porque nós estamos com
779 dificuldade em elaborar o nosso Plano Diretor. Então, poderíamos ter pedido prorrogação de
780 prazo para fazer com que aprovássemos o Plano Diretor de Pontal. Então, Pontal tomou a
781 decisão de abrir mão para não prejudicar Matinhos e Guaratuba. Esta Comissão será encerrada
782 serão avaliados os Planos Diretores de Matinhos e Guaratuba e Pontal do Paraná vai ficar de fora.
783 Nós poderíamos ter tomado como reféns esses dois municípios e não fizemos isso. A situação de
784 Pontal, este Plano Diretor como a Carmem colocou de 2004, já se havia pensado na proposta de
785 um porto no Pontal do Paraná. Já estava no zoneamento do Plano Diretor de 2004 uma área
786 reservado porto. Mas de 2004 a 2014 muitas coisas mudaram, muitas coisas se tornaram
787 diferentes em função das diretrizes e ações do próprio Governo do Estado. Hoje o Estado está
788 tratando de discutir o traçado da nova rodovia que vai dar acesso a esse porto. O Estado expediu
789 um decreto delimitando a área de expansão da APA que é a área portuária de Paranaguá que se
790 expande no território do município de Pontal do Paraná. Então, essas questões não estavam no
791 Plano Diretor de 2004,> elas surgiram depois. Por isso que Pontal do Paraná está em fase de
792 revisão do seu Plano Diretor e daí optamos por ficar de fora neste momento desta Comissão que
793 está aprovando esses Planos Diretores. Então, eu sou favorável à votação e aprovação dos
794 Planos Diretores de Guaratuba e de Matinhos e Pontal fica para uma próxima oportunidade. O Sr.
795 Secretário Executivo, José Maria Correa (SEMA):- Por uma questão de ordem, Conselheiro Carlos
796 Rangel Xavier, representando a PGE. O Sr. Conselheiro Carlos Eduardo Rangel Xavier (PGE):-
797 Secretário Zé Maria, coloco como questão de ordem o pedido de vistas em si, por uma questão
798 muito simples. O Artigo 33, Parágrafo Único do Regimento Interno do Conselho diz: "Aos

799 membros do Colit é facultado solicitar vista de quaisquer autos de procedimentos administrativos
800 que deverão ser restituídos na reunião subsequente." O problema é que o pedido de vistas como
801 está sendo tratado aqui em cima da proposta que temos para a deliberação e homologação e
802 encaminhamento ao Governador acaba sendo inócuo pelo seguinte sentido. Segundo fui
803 informado e segundo acompanhei todo o trabalho da Comissão foi feita em via digital, reuniões,
804 e-mails, tudo documentado na via digital. Esse foi um procedimento administrativo, sem dúvida,
805 mas não foi instruído como autos de um procedimento administrativo. O resultado final desse
806 procedimento administrativo que tem um acervo todo digitalizado que consta de cópia impressa,
807 mas o resultado final desse procedimento administrativo são os dois procedimentos
808 administrativos que constam aqui com a Presidência do Colit encaminhando a minuta de decreto
809 aprovando os Plano Diretores. E vamos esclarecer que se tivéssemos um procedimento
810 administrativo próprio tramitando de maneira regular teríamos, com a apreciação desse
811 procedimento administrativo relativo aos trabalhos da Comissão, uma interrupção imediata da
812 deliberação do Conselho pelo pedido de vistas que é facultado ao Conselheiro. Mas me parece,
813 estou colocando a minha interpretação, que não é exatamente a situação que temos, porque,
814 como dito, o procedimento administrativo realizado pela Comissão está todo com o seu acervo
815 digitalizado. Não temos esses autos tramitando. Compreendo também que o Conselheiro pode
816 se informar melhor, pode deliberar melhor, mas me parece, e estou colocando como questão de
817 ordem aqui, que não há a aplicação direta do Artigo 33, parágrafo único, como um pedido de
818 vistas imediato, porque não é disso que estamos tratando. Não estamos tratando da minuta de
819 decreto do resultado final, estamos tratando do procedimento que foi feito antes, de todos os
820 atos que foram praticados e de todo o acervo documental digitalizado. Quanto a isso o pedido de
821 vistas não interromperia imediatamente o trabalho do Conselho, mas é óbvio que o Conselho

822 > poderia deliberar por um adiamento a pedido do Conselheiro. Então, o que coloco como
823 questão de ordem, Sr. Presidente, é que se delibere, se ainda houver o interesse do Conselheiro,
824 se delibere sobre um adiamento da discussão para que ele possa tomar conhecimento e se
825 informar, ou que se delibere prosseguir com a discussão e com a votação, porque no meu
826 entender não há procedimento administrativo propriamente formalizado sim, mas instruído para
827 que possa levar esse pedido de vistas e leve uma interrupção imediata dos trabalhos da sessão
828 do Conselho. Então, coloco essa proposta de encaminhamento no sentido de que se delibere
829 sobre um adiamento ou não, havendo interesse da parte do Conselheiro quanto a esse mais
830 profundo conhecimento de todo esse acervo digital. O SR. PRESIDENTE (Luiz Eduardo Cheida):-
831 Agradeço, Dr. Carlos. Além do Dr. Carlos da PGE, estamos aqui com vários advogados que
832 podem emitir a sua opinião, mas antes que isso aconteça ou a despeito disso, vou consultar o
833 Conselheiro Jack se vai, porque ele não fez uma formalização em nenhum momento de pedido
834 de vistas. Consulto ao Conselheiro se diante dessas explicações, se há interesse em fazer um
835 pedido de vistas ou não. O Sr. Jack Holmer (Entidades Ambientais do Estado do Paraná):- Só
836 gostaria de ouvir os demais inscritos e até este momento terei uma posição. O SR. PRESIDENTE
837 (Luiz Eduardo Cheida):- Conselheiro, não temos ninguém inscrito. O Sr. Conselheiro Heitor
838 Rubens Raymundo (Sind Seab):-Só para contraditar um espaço, eu acho muito mais conveniente,
839 porque me preocupa precarizar direitos de colegiado. O procedimento não me importa, a

840 tecnologia avançou e hoje não temos mais papel, lá no Projuris, no Eproc, isso não quer dizer
841 que não possamos fazer carta, pedido de vistas, enfim. Então, me preocupa uma proposta e me
842 perdoe nobre companheiro da PGE no sentido de que se precarize. Acho que é muito mais fácil,
843 dentro das ponderações, tentarmos convencer - acho que é totalmente ponderável o que o
844 comandante aqui colocou, mas frente a essa colocação do Nelson Justus, frente ao que colocou
845 a Carmem eu acho que poderíamos fazer algumas condições para que esse pedido de vistas
846 não fosse nessa repercussão que está se dando. Agora, se tiver que diminuir qualquer tipo de
847 prerrogativa do Conselho, porque se lermos sobre as atribuições do Conselho está lá
848 deliberarmos sobre encaminhamento, e se não tem procedimento não podíamos estar analisando
849 aqui. O decreto não analisamos porque é competência do Governador, não adianta deliberarmos
850 sobre o decreto se o governador depois não assina. Eu queria também, sem precarizarmos,
851 diminuirmos o poder dos Conselheiros e atendendo a prefeita, segundo depoimento que ouvi
852 aqui, tem tido um compromisso ótimo em relação à população, enfim, a essas questões todas
853 poderíamos fazer dois encaminhamentos. Preocupa-me, por exemplo, não darmos vista, acatar
854 ou discutir essa questão e o Governo - porque você, Cheida, colocou no início que está
855 condicionado a assinatura do decreto, aí a gente chega no seguinte: fazemos todo esse auê aqui,
856 aí chega o governador e não assina até lá. Então, parece-me que o Deputado Nelson Justus teria
857 que levar para assinar esse decreto imediatamente. Porque, vejam bem, não damos vista e daqui
858 a trinta dias não está assinado o decreto. Quer dizer, perdemos um tempão. O Sr. Nelson Justus:-
859 Quem vai levar será o Secretário Cheida. O Sr. Conselheiro Heitor Rubens Raymundo (Sind
860 Seab):-Isso é fundamental, inclusive com o aval do Conselho. E a segunda questão, Cheida, é
861 que conste em algum lugar essa questão da revisão. Que a gente consiga fazer uma adição no
862 decreto que a revisão será feita no prazo... Já consta isso? No relatório, mas estou dizendo no
863 instrumento normativo, porque aí a gente fica mais amarrado, porque a Carmem colocou essa
864 questão. Então, eu só queria fazer essa minha intervenção colocando para o companheiro,
865 colega da PGE, que não vamos precarizar, não vamos discutir essa questão, porque direito de
866 vistas precariza a nossa atividade. Dois, acho que o companheiro tem razão no que ele coloca,
867 que isso não aconteça mais, não é por que está disponível. Eu como Conselheiro aqui não estou
868 fazendo papel técnico não, estou aqui para defender, por exemplo, - eu vou depois conversar
869 com o Nelson Justus, a gente tem falado isso para o Cheida, Nelson, que queremos que você
870 defenda os servidores do meio ambiente, porque faz 24 anos que não tem uma reposição de
871 pessoal e aí somos culpados, enquanto é o decreto que diz que não podemos licenciar dois mil,
872 não é o servidor do IAP. Se nós licenciarmos, amanhã vem o Ministério Público ... você sabe.
873 Então, é regimental o Nelson Justus, fazer a defesa da questão do meio ambiente, os prefeitos
874 para nos defender também. É nesse sentido. Então, para não fazer só o papel de dirigente
875 sindical, quero fazer essa proposta, que haja um compromisso aqui, que nos próximos trinta dias
876 vamos ter e que haja também uma disposição no decreto que vincule um prazo máximo para
877 essa revisão, porque o que adianta a gente aprovar um de 2005 sendo que o desenvolvimento de
878 Guaratuba, nós assistimos aqui, mudou imensamente. Se mudou imensamente, precisamos
879 adequar, inclusive se for o caso, prefeito, para expandir. Acho que desde que haja uma
880 justificativa, por exemplo, quero dizer o seguinte, o povo do Paraná cada um de nós passamos
881 ano passado para o município de Guaratuba um milhão e trezentos em ICMS Ecológico,

882 compensando a população no sentido de ela ter preservado o meio ambiente. Então, essas
883 coisas eu acho que temos que dobrar para Guaratuba para que Guaratuba não reclame tanto da
884 falta de recursos e se comprometa com a preservação também. O Cheida é o autor da legislação
885 de serviços ambientais, nós precisamos estabelecer, implantar essa legislação imediatamente no
886 Paraná para que aquele município, aquele cidadão que preserve tenha a sua compensação,
887 enfim. Então, queria propor, Cheida, que a gente não discutisse, na mesma proporção que a
888 gente não precarizasse essa relação e dois para que ouvíssemos o Nelson Justus para que
889 assuma junto com você ou que... veja bem, que em trinta dias ou dois meses tivéssemos reunião
890 do Conselho ordinariamente. Que daqui dois meses a gente volte aqui como está condicionado,
891 como você falou, a implantação do plano, a assinatura do decreto, a gente chegue aqui e não
892 esteja assinado o decreto, entendeu? O tramite burocrático, político... E aí, em contrapartida o
893 que poderíamos fazer? Prever a revisão e aí me parece que atende todos os lados, estou
894 tentando ser aqui um... O SR. PRESIDENTE (Luiz Eduardo Cheida):- Mais uma vez que agradeço,
895 Heitor. Só vou consultar mais uma vez o Conselheiro Jack para saber se ele quer pedir vistas,
896 porque até o momento não foi formalizado nenhum pedido, estamos discutindo em uma
897 suposição. O Sr. Jack Holmer (Entidades Ambientais do Estado do Paraná):- Eu pediria, Sr.
898 Presidente, que o senhor perguntasse para o plenário democraticamente se eles acham
899 conveniente que eu tenha vistas face às minhas dificuldades de não ter visto o teor dos artigos. O
900 que eles decidirem eu acato. O Sr. Conselheiro Carlos Eduardo Rangel Xavier (PGE):- Questão de
901 ordem, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE (Luiz Eduardo Cheida):- Só um esclarecimento, já
902 cedo a questão de ordem. O Sr. Jack Holmer (Entidades Ambientais do Estado do Paraná):-
903 Embora eu tenha direito de vistas. E outra, acrescentar, embora o senhor tenha dito que eu tenha
904 que procurar, embora o companheiro tenha dito que sou incompetente, porque eu não achei na
905 página, eu achei na página a sua convocação, mas isso não quer dizer que eu tenha que correr
906 atrás dos documentos, muito pelo contrário. Obrigado. O SR. PRESIDENTE (Luiz Eduardo
907 Cheida):- Eu que agradeço ao Conselheiro. E só esclarecendo aos Conselheiros que o
908 Conselheiro Jack propôs que o pleno decida, se ele deve ou não ter vistas e ele acataria o que o
909 plenário decidir. Isso posto, mas há uma questão de ordem. O Sr. Conselheiro Carlos Eduardo
910 Rangel Xavier (PGE):- A questão de ordem vai na linha do que eu já coloquei e na linha do que o
911 Conselheiro Heitor no sentido de não precarizar esse direito de vistas, porque se trata de fato de
912 prerrogativa. Apenas a minha intervenção foi no sentido de como o acervo digital, todo o
913 acervo do trabalho da Comissão foi digital, não se trataria de um procedimento administrativo,
914 mas compreendo perfeitamente que esses documentos digitalizados não chegaram ao
915 Conselheiro, e em nenhum momento eu disse que ele teria que fazer com que isso acontecesse
916 por sua própria conta. Não disse isso. O que eu coloquei é que pela natureza das coisas, não só
917 por não termos um procedimento administrativo em papel, porque procedimento administrativo
918 tivemos, mas pela natureza do trabalho da Comissão e pela natureza do que o Conselho estaria
919 deliberando não seria propriamente o caso de pedido de vistas. Mas feito esse esclarecimento,
920 deixando isso de lado, parece-me que tecnicamente também não é adequado que o Conselho
921 delibere se um Conselheiro vai ter vistas ou não, porque aí estamos falando do regimento interno.
922 Parece-me que seria o caso que se coloque em deliberação por provocação do Conselheiro um
923 adiamento da discussão para que ele possa tomar conhecimento. Isso sim seria uma deliberação

924 da maioria do Conselho do que propriamente uma deliberação se ele vai ter vistas ou não dos
925 autos. Isso que me parece que fica tecnicamente inadequado. Por isso eu volto e insisto por uma
926 deliberação, então, destacar uma questão preliminar sobre prossegue-se com o debate e
927 aprovação ou adia-se para uma data a ser definida. Apenas isso que eu coloco, e aí sim haveria
928 um exercício de deliberação democrática de parte do Conselho, da sua maioria, enfim. Essa é
929 minha ponderação. O SR. PRESIDENTE (Luiz Eduardo Cheida):- Conselheiro Carlos e demais
930 Conselheiros, eu acho que num rasgo de extrema abertura, transparência, democratização da
931 discussão o Conselheiro Jack está submetendo a posição dele aos demais. Acho que não há mal
932 nenhum, não há previsão disso na pauta, não era uma discussão planejada, ele tem todo o direito
933 como ele mesmo já disse, nós professamos, mas ele está colocando à disposição para que os
934 Conselheiros decidam se ele deve ou não. Acho que diante disso, eu apenas apelaria ao
935 Conselheiro para que votássemos isso, para que os Conselheiros votem e continuemos a
936 discussão. Podemos fazer isso? Até consulto o Conselheiro Carlos, pode ser? (Sim). Pode ser,
937 Conselheiro Jack? (Sim) Então, eu vou encaminhar da seguinte maneira: Os Conselheiros que
938 concordam que devemos dar vistas e isso significa, claro, um adiamento para que depois
939 possamos decidir o prazo, ao Conselheiro Jack, levantem a mão, por favor. Os contrários
940 permaneçam como estão. (Pausa). Vou repetir: Os Conselheiros que concordam que possamos
941 dar vistas, o que significa um prazo a ser decidido, deste processo de Guaratuba ao Conselheiro
942 Jack, levantem a mão, por favor. Os contrários permaneçam como estão. (Pausa). O Sr. Jack
943 Holmer (Entidades Ambientais do Estado do Paraná):- Acrescentar que isso se prolonga para
944 Matinhos também. O SR. PRESIDENTE (Luiz Eduardo Cheida):- Perfeito. São dois votos apenas,
945 continuaremos a discussão. E se houve algum problema com relação ao envio, Conselheiro,
946 como já foi colocado, esta Presidência gostaria de se penitenciar, não foi absolutamente
947 intencional, deve ter havido realmente algum problema de comunicação. Isso posto, vamos
948 continuar com a discussão com esclarecimentos para que possamos colocar em votação a
949 homologação do Plano Diretor de Guaratuba. Com a palavra, Conselheiro Heitor. O Sr.
950 Conselheiro Heitor Rubens Raymundo (Sind Seab):-Só quero fazer a declaração de voto. O Sind
951 Seab, os trabalhadores da área do meio ambiente não admite a flexibilização das prerrogativas
952 de Conselheiro, por isso voto favorável à prerrogativa dos Conselheiros. Uma vez ter pedido de
953 vistas ter atendido, já que é regimental essa questão. O SR. PRESIDENTE (Luiz Eduardo
954 Cheida):- A palavra está em aberto aos Conselheiros e Conselheiras para continuarmos a
955 discussão do Plano Diretor de Guaratuba apresentado pela equipe técnica. Ninguém querendo
956 fazer uso da palavra, esta Presidência vai colocar em votação, sempre lembrando da
957 condicionante lida anteriormente (Pausa). Em votação a homologação do Plano Diretor de
958 Guaratuba, considerando a condicionante já lida anteriormente. Os Conselheiros que são
959 favoráveis à homologação do plano apresentado permaneçam como estão, os contrários
960 levantem a mão, por favor. (Pausa). Com 2.920 dias de atraso APROVADA por unanimidade.
961 (Palmas). Parabenizar a equipe, a todos que participaram, os Conselheiros, aos assessores, Dr.
962 Nathanael, Dr. Marcelo, Dr. Jean, a Prefeita e a toda a sua equipe, ao deputado Nelson Justus, ao
963 nosso bravo comandante Jack Holmer também, porque manteve aqui a sua fibra de sempre.
964 Volto, mais uma vez, a reconhecer essa sua intervenção como extraordinariamente necessária,
965 assim como do Conselheiro Heitor e de todos que falaram. O Secretário Zé Maria está me

966 pedindo que franqueie a palavra à Prefeita e ao deputado Nelson Justus, e depois faríamos um
967 intervalo muito rápido para que pudéssemos apreciar o plano de Matinhos. A palavra com a
968 prefeita. A Sra. Conselheira Ivanir Justus (Prefeita de Guaratuba):- Boa tarde a todos. É um
969 momento de muita emoção na minha vida pública e na minha cidade. Agradeço de coração,
970 estou emocionada mesmo, ao Sr. Secretário, a todos os Conselheiros do Colit. Nós brigamos
971 muito, discutimos muito entre os prefeitos sobre o Colit. Mas agradeço muito a vocês por nos
972 honrarem em aprovar esse plano e tenham a certeza que nós, eu principalmente, amadurecemos
973 muito quanto às questões dos Conselheiros, aprendemos muito, revisamos muito, o senhor tenha
974 a certeza, lhe agradeço que o senhor pode estar presente, o senhor que questionou, por
975 gentileza, o senhor esteja presente, acompanhando, é muito bem-vindo porque faremos sempre
976 o melhor por nossa cidade. Que Deus abençoe cada um de vocês, estou vendo os nossos
977 Vereadores, a nossa equipe maravilhosa, eu não queria citar nomes, mas Nelson muito obrigada.
978 Nós estamos há anos lutando, Zé Maria você é um amigo de casa, e obrigada do fundo do
979 coração a todos. Vocês terão orgulho em ver em pouco tempo a nossa cidade crescendo cada
980 vez mais. É um momento muito emocionante na minha vida. Deus abençoe, estou emocionada
981 mesmo, muito feliz. (Palmas). O SR. PRESIDENTE (Luiz Eduardo Cheida):- Obrigado, Prefeita,
982 realmente é um momento histórico. Deputado Nelson Justus se quiser fazer uso da palavra.
983 (Pausa). Declina. Então, mais uma vez nós vamos agradecer, vamos dar um intervalo de dez
984 minutos. (Intervalo). O SR. PRESIDENTE (Luiz Eduardo Cheida):- Srs. Conselheiros, Sras.
985 Conselheiras, vamos iniciar a exposição do Plano Diretor de Matinhos seguindo a mesmo ordem
986 anterior, a apresentação deste plano será feita pela Arquiteta Dra. Carmem Leal no mesmo prazo
987 de trinta minutos. Concluído, vamos passar à discussão, a votação com as mesmas
988 condicionantes da discussão do Plano Diretor de Guaratuba. Peço à Dra. Carmem que proceda a
989 sua apresentação. A Sra. Carmem Leal (SEMA):- Estou me sentindo meio desnuda, porque o
990 pessoal de Matinhos, principalmente a nossa querida arquiteta Marcia Mansk diz que caiu de
991 uma escada, a gente acha que ela caiu do trio elétrico mesmo e não está bem. Ela tem um
992 conhecimento muito grande também do plano, ela ajudou na realização. Então, algumas coisas
993 eu realmente vou esquecer e aí a gente vai pensar nela apenas. O Plano Diretor de Matinhos, aí
994 vou começar pedindo desculpas para vocês, porque ele foi feito em 2005/2006 e na época o
995 então prefeito Chiquinho tinha uma logomarca que é esta que está aí. Era um convênio, fizemos
996 um termo de cooperação técnica entre o Estado do Paraná, o Conselho do Litoral e Matinhos e
997 essa apresentação inclusive é dessa época. Então, peço as minhas desculpas à prefeitura atual
998 que tem uma nova logo e em sessenta dias não deu para alterarmos a logomarca. As premissas
999 para a proposta de Matinhos, naquela época, tínhamos questões muito sérias que eram a
1000 questão de estar cumprindo o Estatuto das Cidades e principalmente cumprindo uma lei que as
1001 pessoas falam muito pouco, a Lei 9.243 que estabelece que a legislação de uso e ocupação do
1002 solo no litoral tem que ser em comum acordo entre estado e município. Por isso estamos aqui,
1003 por isso que o Conselho tem que analisar, porque nós temos que fazer em comum acordo. Nós
1004 temos que discutir, temos que tentar essa via da conciliação. A gente também teve como
1005 premissa construir um amplo sistema de informações geográficas, porque nós estamos em um
1006 território extremamente difícil. Infelizmente, nesta apresentação muito rápida, eu não vou trazer
1007 nada de diagnóstico. Vou falar das propostas e, quando puder, vou amarrando na questão do

1008 diagnóstico, porque o diagnóstico é amplo, no caso de Matinhos foi muito amplo e para que
1009 pudéssemos fazer essa investigação dos loteamentos que foram aprovados, e que tínhamos
1010 como premissa para aprovação do zoneamento, precisávamos de todo o sistema de vegetação.
1011 E o sistema de informação geográfica, do ponto de vista espacial, analisar todo o território, todo o
1012 diagnóstico e aí, em cima desse diagnóstico fazer as proposições. Vu tentar fazer esta
1013 interferência, já falei na questão do Estatuto das Cidades que eram fundamental e que
1014 revolucionou a questão do planejamento. E a principal questão também que o Estatuto das
1015 Cidades coloca é a participação popular. Nós temos que garantir isso. Sempre digo: "Dez
1016 pavimentos é bom ou é ruim?" Não interessa se é bom, pode ser bom para mim e ruim para você.
1017 Então, nós temos que discutir, nós temos que consensuar isso com a população. No caso de
1018 Matinhos, já em 2002, foi contratado um belíssimo trabalho da Universidade Federal que fez todo
1019 um processo de discussão com as comunidades, principalmente rurais, do que elas precisavam
1020 e como elas viam o município. Então, tivemos uma ampla participação em audiências e em
1021 reuniões. Isso era a premissa para o plano. Quando a gente terminou esse plano, a gente
1022 finalizou com esses que chamamos cadernos. Teve dois cadernos de diagnóstico que está
1023 disponível na internet, nós temos eles aqui editados. O primeiro caderno trata sobre toda a
1024 questão físico territorial, de infraestrutura urbana, de estação, saúde. E o caderno número dois é
1025 um caderno muito especial, porque ele traz todo o georreferenciamento de 66 mil lotes que nós
1026 temos de Matinhos em seus respectivos loteamentos espacializados no território do município.
1027 Então, é um caderno especial que além de espacializar, fez todo o levantamento se eram legais,
1028 se não eram, como era a situação da titularidade, inclusive remetendo a outras propostas. Tem
1029 outro caderno que se chamou gestão ambiental urbana que seriam propostas para que o
1030 município pudesse: "Ah, Plano Diretor institui, > por exemplo, a unidade de gestão de mil
1031 remediação". Como vou fazer isso? Esse caderno dava as premissas para a administração
1032 continuar trabalhando no Plano Diretor. E este outro caderno são as propostas propriamente
1033 ditas. E este caderno que a gente também tem aqui fizemos questão, porque era importante isso
1034 para nós de registrar a consulta pública e a participação popular em um caderno com fotos, com
1035 todo o trabalho que fizemos de consulta à população. Inclusive tínhamos um entendimento que
1036 Matinhos não tinha apenas o interesse local. Isso é importante entendermos. Então,
1037 disponibilizamos no site para que o mundo inteiro pudesse ver o que estava sendo feito em
1038 Matinhos e tudo o que acontecia a gente depositava ali para que as pessoas pudessem ver e
1039 pudessem inclusive trazer propostas. Então, nós temos propostas colocadas no site, a pessoa
1040 fazia propostas no site de qualquer lugar do mundo. Essas eram as premissas. Outra questão
1041 fundamental é a questão das Comissões de acompanhamento. Todo o mundo sabe que o Plano
1042 Diretor de Matinhos na aprovação teve várias emendas modificativas, mas, mesmo assim, havia
1043 uma Comissão só de Vereadores que nos acompanhavam. Eles iam nas reuniões, eles discutiam.
1044 Então, existia uma Comissão só de Vereadores e uma Comissão da comunidade com Vereadores
1045 juntos também. Então, rapidamente também a gente colhia essas propostas, a gente discutia
1046 tecnicamente e tentava transformar em proposta. Já na institucionalização do SIG - Sistema de
1047 Informações Geográficas, a gente descobriu que tinha um problema bastante sério de divisa
1048 entre os municípios de Pontal do Paraná e Matinhos. Identificamos e na época levamos ao ITCG
1049 para regularização. Isso só em função do SIG, senão a gente nunca teria sabido. Isso aqui é o

1050 que a gente fala, esse trabalho foi feito para Pontal e foi feito para Guaratuba também, Pontal,
1051 Matinhos e Guaratuba. Foi feito o levantamento de todos os loteamentos aprovados, foram
1052 digitalizados e foi feito o georreferenciamento. Um trabalho extenso, com várias pessoas que
1053 colaboraram nesses 66 mil lotes que falei que a gente georreferenciou. Então, toda a base que a
1054 gente fazia de planejamento era em função da realidade desses loteamentos. Como o Estatuto
1055 veio a mudar e colocar a necessidade então, o município não é mais área urbana, o município é a
1056 sua totalidade. A gente começa a trabalhar o município na sua totalidade. Matinhos é um
1057 município pequeno, bellissimo, no nosso município de praia é um dos mais belos, ele tem 176 mil
1058 metros quadrados, ele é bem pequeno, mas cheio de maravilhas que a gente vai ver. A gente
1059 trabalho, acho que esse foi um dos pouquíssimos municípios do Paraná que além de estudarmos
1060 toda a área rural e urbana dele, agente sentiu a necessidade de colocar do ponto de vista legal
1061 uma área de manancial, que é uma área protegida para a coleta da água de Matinhos. Então, por
1062 exemplo, hoje, do ponto de vista do Estado, a gente tenta fazer uma lei de mananciais e como
1063 mapear. Se todo mundo, do ponto de vista dos Planos Diretores, fizessem esse trabalho seria
1064 uma maravilha, porque teríamos no Paraná inteiro as suas áreas de mananciais. Ou sejam, áreas
1065 realmente protegidas para que pudéssemos coletar água. A partir daquela análise, Matinhos teve
1066 o zoneamento rural, principalmente respeitando as questões do Decreto Estadual 5040, quem
1067 trabalha no litoral sabe disso, que estabeleceu todas as atividades possíveis. Esse foi um trabalho
1068 bellissimo também do litoral, eles tinham as unidades fisiográficas e a partir das unidades
1069 fisiográficas são traçadas as atividades possíveis ou não. Então, a gente trabalha o município, os
1070 pontos de vista mais genérico dizendo que o município tem áreas públicas de proteção que são os
1071 parques e todas essas áreas, as áreas de ocupação urbanas que são essas amarelas e as áreas
1072 de controle ambiental. Essas áreas de controle ambiental, em Matinhos temos a grande
1073 problemática da erosão e temos alguns problemas na área de morro, que é toda mapeada em
1074 vermelho. Essas áreas verdes cumpridas aqui, Matinhos a gente fez todo o mapeamento dos
1075 principais rios da rede hidráulica do município, traçamos as áreas de proteção ambiental sendo
1076 esses 'burfs' de 30 metros. E aí, nessas áreas, então, além de todo o estudo que tinha de
1077 ocupação ou não, a gente cria o que chamamos de corredor de proteção à biodiversidade. Lá
1078 vocês veem numa escala muito menor, uma escala para que você possa entender, então áreas
1079 de proteção, muita proteção porque eram áreas de morro, a gente trabalhava com as imagens de
1080 satélite e a gente tinha um pessoal no Conselho maravilhoso que fazia muito levantamento de
1081 campo, iam medir rio e faziam muita coisa desse tipo. Então, a gente fazia estudo, esses
1082 branquinhos são todas as ocupações, esse é um bellissimo trabalho feito pelo Paraná Cidade que
1083 fez cartografia básica 1 para 2000. Então, temos aqui mapeadas todas as casas, todas as casas
1084 em área de proteção, enfim. A partir, então, desses estudos, da questão de vegetação, da
1085 questão dos loteamentos aprovados, de toda essa territorialidade a gente fez dois loteamentos e
1086 oito partes de loteamentos foram anulados para que pudéssemos criar o perímetro urbano de
1087 Matinhos. Então, o perímetro urbano é tido via essa necessidade digamos de uma realidade legal
1088 do município e uma realidade fisiográfica. Esse verdinho é a vegetação feita só para o litoral na
1089 escala de 1 para 25.000, um espetáculo também de trabalho que foi feita pelo Pró Atlântica, e que
1090 trazia todos os estágios das vegetações no litoral. Qualquer um pode ter isso com detalhe, cada
1091 verdinho é um tipo de vegetação, se pé floresta ombrófila densa, e é restinga, enfim, toda a

1092 classificação. A partir desse estudo de território, o que a gente fez? "Bom, Matinhos é pequeno,
1093 mas ele tem toda essa coisa cumprida de Matinhos. Então, depois de muita discussão, o que
1094 traçamos? Traçamos toda uma sistemática de administração, uma unidade administrativa em
1095 Cambará, único local com residentes rurais. Na época tinham 236 pessoas que moravam aqui
1096 com problemas seriíssimo de água, não tinha nem água potável. E aí a gente fez todo um estudo
1097 de bairros, até onde cada bairro ia em Matinhos. E esses estudos nos fez ter uma proposta de
1098 bairros para o município inteiro, inclusive aqui há várias emendas que modificam isso em função
1099 de nome, ela mudam de bairro para balneário, enfim. Das 146 emendas umas setenta emendas
1100 eles reservam á mudança de nome feitas nessas localidades. Isso é importante, porque depois
1101 do zoneamento vai refletir toda essa questão de bairros do município. O sistema viário sabemos
1102 que é uma questão extremamente importante no município. Para traçarmos todo o sistema viário
1103 nós "contratamos", entre aspas, a gente pediu o auxílio de um professor da Universidade Federal
1104 que tinha desenvolvido um método que é o método da centralidade em que ele estuda a
1105 vocação, digamos assim, que o município tem para ver a mobilidade urbana. Porque a gente
1106 pensa: "Ah, isso é por acaso!" Não é. Existem algumas centralidades, alguns locais em que as
1107 pessoas vão mais ou vão menos em função de um estudo de centralidade que ele fez para
1108 Matinhos. É um sistema computacional que ele vai largando dados das vias, até onde vão, como
1109 vão, e daí me traz esses locais onde as pessoas vão mais ou vão menos, ou o que precisam mais
1110 ou o que precisam menos e, a partir daí, a gente define o sistema viário. Onde são os coletores,
1111 enfim, em função desse estudo que nos foi traçado e lógico a equipe técnica na época era do
1112 município, eram muitas pessoas e as pessoas nos ajudavam muito na elaboração desse sistema
1113 viário para a proposição. Então, a gente cria um sistema viário as PS 508 e a 214, faz a
1114 necessidade desses entrocamentos, enfim, uma proposta que é complicada dizer em um minuto.
1115 Então, tem que sentar e estudar, mas é toda uma resposta as necessidades locais e
1116 principalmente prevendo essa questão de dois, três meses do ano que é imensa o tráfego. E aí a
1117 gente cria toda uma proposta de vias de passeios, via beira-mar, via Parque Saint-Lair, via férrea,
1118 a gente propunha uma via férrea na praia, caminhos rurais do Cambará, então há várias
1119 propostas no sentido, digamos assim, de criar e de efetivar a questão da mobilidade urbana.
1120 Inclusive porque Matinhos tem uma topografia bastante boa, digamos assim em que a gente
1121 podia incentivar a questão da bicicleta. Então, há um sistema ciclovitário proposto ao longo de
1122 algumas vias. Junto com isso inclusive estudamos a possibilidade de implantar terminal
1123 intermodal, terminal urbano e faz todo um trabalho que sabemos que é precaríssimo, toda a
1124 questão do transporte urbano no litoral, tanto Matinhos quanto em Pontal que não há interligação.
1125 Então, a gente faz esta proposta também. A gente faz um trabalho esplendoroso que aí foram
1126 várias arquitetas que trabalharam juntas, inclusive a Márcia Manski, que era o desenho das vias, o
1127 detalhamento de como elas seriam, onde a gente queria que tivesse número de carro, onde a
1128 gente queria que tivesse uma velocidade maior. Então, há 17 detalhamentos de vias. Enfim, de
1129 tudo isso, de detalhamento vias surgem, então, o zoneamento. Aquilo que eu disse para vocês,
1130 como a gente definiu os bairros, a gente cria os centros de bairros. Onde há esses vermelhinhos
1131 aqui são as grandes densidades para Matinhos, vermelho dez pavimentos, laranja três
1132 pavimentos, alguns locais com seis pavimentos que é o cinza. Todo o zoneamento observa a
1133 questão da área de proteção à biodiversidade, então não há zoneamento em cima das áreas de

1134 proteção ambiental, o zoneamento sempre respeitando essas áreas. Quando a gente faz todo
1135 esse estudo do zoneamento interferindo com as áreas ambientais, então elas têm que ter uma
1136 correspondência não só visual mas de ventilação, então a gente começa a fazer estudo do ponto
1137 de vista espacial. Ai o estudo passa a ser volumétrico, na época a gente ia para as audiências
1138 públicas e mostrava, nesse caso é o setor especial industrial, que são em pouquíssimos locais
1139 onde ele existe, como ficaria se implantarem com uma densidade total? Isso nunca acontece,
1140 mas poderíamos fazer o estudo para ver como ele ficaria, aqui a questão das ZEIS. Aqui a gente
1141 vai fazendo esse estudo para todas as zonas. Quer dizer, a pessoa que estava lá, que não
1142 entendia nada de planejamento ele poderia ver, do ponto de vista volumétrico, como seria uma
1143 zona e outra zona, as características, se o zoneamento fosse implantado, isso é importantíssimo
1144 saber, se fosse implantado na sua totalidade. Uma zona já tem estudo sobre isso. Se você tem
1145 uma zona, por exemplo, que permite dez pavimentos raramente você vai conseguir nessa
1146 densidade toda. Então, as ZR3 todas as volumetrias. O que é essa volumetria? A gente aplica na
1147 volumetria, no caso aqui uma ZV2, que são fez pavimentos que é o máximo que pode em
1148 Matinhos, excetuando agora um ático que a gente propôs 33 e em uma emenda partiu para 50%.
1149 Então, na verdade o máximo de Matinhos, como Guaratuba, são dez pavimentos. Aí me lembro
1150 das Torres Gêmeas... O SR. PRESIDENTE:- Carmem, cinco minutos. A Sra. Carmem Leal:- Então,
1151 a gente cria a questão das ZEIS. Novamente nas ZEIS a gente tem uma discussão bem legal,
1152 porque as ZEIS que eram criadas geralmente colocavam dois pavimentos e aí passou um tempo
1153 e agora, por exemplo, hoje tem muitas ZEIS os programas "Minha Casa Minha Vida" com quatro
1154 ou seis pavimentos. Então, tinha muitas ZEIS que não permitiam a "Minha Casa Minha Vida",
1155 porque não foi permitido o número de pavimentos. Então, já na época a gente previu essa altura
1156 maior. Então, a gente tem zona de conservação ambiental 1 e 2 que são diferenciadas, todas
1157 essas próximas as florestas, tem simulações comparativas entre um e outro. Então, este é o
1158 corredor. Ele está instituído na lei, está escrito que existe este corredor, foram mapeadas todas as
1159 residências que estavam nos corredores, na época 2.600 residências de cima, o plano também
1160 propõe a criação de quatro partes municipais que foram mapeados. A questão do parcelamento
1161 do solo está incluída na questão das áreas urbanas, na questão da legislação que foi
1162 implementada tem o Código de Postura que são coisas que as vezes as pessoas não dão muita
1163 relevância, mas o Código de Postura e o Código Ambiental tem todas as relações de vizinhanças
1164 que são extremamente importantes para o dia a dia da pessoa, então foram construídos. Tem
1165 várias propostas que a gente tem e a gente identifica a localização via mapeamento. Então, tem
1166 centro de saúde, tem centro educacional, tem todo um centro de cemitérios que inclusive a
1167 Câmara mudou um pouquinho, tem centro de desenvolvimento pesqueiro. Então, a gente cria
1168 vários centros de desenvolvimento local e regional visando uma economia melhor para Matinhos.
1169 Nessas questões identificamos o melhor local para a prefeitura de Matinhos, para as escolas que
1170 foram todas mapeadas, e o que é mais importante? O mais importante é que foi criado o direito
1171 de preempção para essas áreas e está registrado que elas têm prioridade na compra pelo poder
1172 público municipal. Entre outras propostas a gente trabalhava e mapeava tudo isso. Esse foi um
1173 trabalho que fizemos junto com a comunidade, fizemos 20 priorizações de ações. O plano tinha lá
1174 cem ações que tinham que ser desenvolvidas, foram priorizadas vinte, fizemos o calculo na
1175 época e calculamos nessas vinte quanto o município teria que pagar por essas implementações.

1176 Foi decidido em audiência pública que a priorização número um seria o abastecimento de água
1177 na Colônia Cambará. Isso foi discutido e idealizado, foi muito legal, enquanto que outras pessoas
1178 poderiam querer outras questões, essa foi a questão mais importante. Passaram pelo Plano
1179 Diretor de Matinhos 160 pessoas que colaboraram, trabalharam. E, para concluir, dizer que
1180 iniciou no Luiz Eduardo Cheida em 2005 e estamos aqui de novo no Luiz Eduardo Cheida
1181 tentando a aprovação. Realmente o Plano Diretor de Matinhos tem muitas questões,
1182 ficodisponível para tentar esclarecer. É isso, se passou do tempo, me desculpem. O Sr.
1183 Secretário Executivo, José Maria Correa (SEMA):- Queremos cumprimentar a Dra. Carmem, assim
1184 como a equipe técnica que participou da elaboração do Plano Diretor de Matinhos, foi na gestão
1185 do Prefeito Francisco Carlos dos Santos, o Secretário Chiquinho que se encontra presente. Este
1186 prêmio inclusive foi premiado nacionalmente, escolhido como referência nos fóruns mais
1187 credenciados do país. E a Dra. Carmem agora irá responder aos questionamentos, por um
1188 espaço aproximadamente quinze minutos, se pudermos utilizá-lo todo e depois daremos
1189 prosseguimento às inscrições dos Conselheiros que desejarem manifestar-se para depois,
1190 seguindo a mesma ritualística, decidirmos pela homologação. Então, estão abertas as inscrições
1191 para indagações e esclarecimentos sobre o trabalho apresentado. (Pausa). Não havendo
1192 indagações, gostaria de indagar a Dra. Carmem como ela vê a questão que após a conclusão
1193 dos trabalhos do Plano Diretor das audiências públicas e de tudo aquilo que foi expresso pela
1194 vontade do conjunto da população, a aprovação de cerca de vinte emendas que modificaram
1195 alguns aspectos originais do Plano Diretor. Como ela poderia se manifestar em relação a isso. A
1196 Sra. Carmem Leal (SEMA):- Na época tínhamos acabado de fazer o Plano Diretor de Pontal do
1197 Paraná e Pontal do Paraná veio até o Conselho, o Conselho aprovou e depois foi para a Câmara
1198 Municipal e a Câmara Municipal não aprovou. Ai começou um embate complicado na época. E aí
1199 o que pensamos para Matinhos? Vamos mudar, estamos aqui para mudar e seguir em frente.
1200 Então, aprovamos primeiro na Câmara Municipal para depois ir para o Conselho, deu problema
1201 também. Enfim, o que quis dizer com isso? A democracia é um processo extremamente difícil, a
1202 gente está aprendendo a fazer isso. Então, nós temos que construir uma legislação de comum
1203 acordo. O que temos que fazer? Eu não sei. Vejam, nós criamos desde o início uma Comissão de
1204 Vereadores, a gente não esperava que eles fossem fazer essas modificações, porque eles
1205 tiveram todo o tempo para estar junto e estar modificando junto e modificaram. Durante a
1206 construção foi sempre modificada, foi sempre uma construção negociada. Eu sempre digo isso,
1207 acho que muitas vezes a gente deixa o lado coletivo pelo pessoal e eles quiseram fazer propostas
1208 pessoais. Isso temos que levar em consideração. Os Vereadores estão lá, porque eles têm esse
1209 condão de fazer modificação. Eu sempre disse, eu sempre respeitei tudo o que foi feito pela
1210 Câmara Municipal, modificou? Modificou bastante algumas coisas do plano inicial, mas não
1211 modificou a essência do plano. Toda a proposta que a gente tinha, toda uma visão de futuro que
1212 é o que o Estatuto das Cidades vem propor. Então, foi ruim? Foi. Algumas coisas foram ruins,
1213 mas o que importa é que o plano é para o município, não é para os outros. Então, na época
1214 inclusive o Conselho não aprovou, eu disse: "Olha, eu sinto muito!", porque na verdade a Câmara
1215 Municipal tem esse condão. Hoje, por exemplo, tem muita gente discutindo, o Carlos Storer
1216 sempre está fazendo isso para nós e é uma visão bastante legal. Os planos diretores não
1217 poderiam ser modificados nem na Câmara e nem na casa do Conselho, modificados que eu digo

1218 quando eles vêm para votação, anteriormente não, todo o mundo está lá para propor e modificar.
1219 Mas na época aconteceu e realmente algumas emendas atingiram na pele toda a proposta
1220 original e realmente modificou. Eu acho que é um direito deles, todas as emendas a gente traz
1221 impressas, a gente na Comissão verificou todas elas, a gente inclusive classificou, porque foram
1222 três tipos. Um tipo de emenda que foi exatamente disso que falei, de nomes, nomes de bairros
1223 que realmente não faria nenhuma interferência. A segunda visão foi aquilo que eu já falei também,
1224 tem essa questão de ir direto no zoneamento, mudar zoneamento, mudar coeficiente. Por
1225 exemplo, Matinhos mudou o coeficiente, mas qual é o coeficiente máximo em Matinhos? É 3.8,
1226 eles não mudaram para mais do que isso, Guaratuba, por exemplo, é 6, dez pavimentos não
1227 mudaram. Outra questão fundamental era a questão do cálculo da outorga onerosa, mudou
1228 muito. Era um valor, veio tipo 10% do valor do valor que a gente tinha proposta. Mudou bastante.
1229 Mudou, a municipalidade está perdendo muitas vezes, mas, enfim, foi que eles colocaram,
1230 disponibilizaram para a época. Então, acho que é ruim? Eu acho que é ruim, mas respeito como
1231 respeito a Assembleia Legislativa, como respeito todas essas casas. Eu acho que nós temos lá
1232 um reflexo da sociedade. Se a Câmara não conseguiu compreender nossa proposta e nem
1233 aceitar as nossas propostas na íntegra. Mas realmente não mudou substancialmente o que era o
1234 Plano Diretor na sua totalidade. É isso que eu acho. O Sr. Secretário Executivo, José Maria Correa
1235 (SEMA):- Continuam abertas as inscrições. (Pausa). Ninguém desejando fazer uso, indago se
1236 podemos dar início ao processo de votação para homologação do Plano Diretor de Matinhos
1237 com a condicionante sugerida pela Assessoria Jurídica da Sema, brilhante advogada Dra. Ceci
1238 Tereza Cercal de Goes no sentido de que as alterações são pertinentes e devem ser acolhidas,
1239 sejam as sugeridas no relatório da Comissão, condicionando a aprovação a alteração futura do
1240 Decreto Estadual 2722/84 naquilo em que a ele for contrário. Ou seja, encaminhando tal decisão
1241 ao conhecimento do chefe do Poder Executivo Estadual, que é quem evidentemente quem
1242 decide, para caso entenda conveniente e oportuno publique Decreto Estadual específico para
1243 este fim. Ou seja, adequando o 2722 ao texto do Plano Diretor. Eu me permitiria colocar em
1244 discussão uma emenda nesta proposta da Dra. Ceci no seguinte sentido: que o Conselho do
1245 Litoral no seu pleno, tendo em vista não ter homologado anteriormente o Plano Diretor de
1246 Matinhos em razão das emendas aprovadas na Câmara Municipal que alteraram
1247 substancialmente o texto original de autoria da Dra. Carmem, recomende ao Poder Executivo
1248 Municipal e à Câmara Municipal de Matinhos que retomem a discussão sobre o texto original do
1249 Plano Diretor para que não reste desfigurado. É uma mera recomendação deste pleno, até
1250 porque eu acho que fica estranho o pleno do Conselho Diretor em determinada ocasião do
1251 Conselho do Litoral não homologa o plano, agora homologa sem fazer referência ao motivo por
1252 que deixou de homologar anteriormente. Então, aqueles óbices permanecem. Nós não vamos
1253 retirá-los, não temos poder para isso, não somos o legislativo municipal e nem substituímos o
1254 Executivo Municipal, mas podemos ponderar a ele que faça uma revisão técnica assim como se
1255 colocou aqui na homologação do Plano Diretor de Guaratuba, que deverá ser revisado num prazo
1256 razoável, porque já é de 2006. E o mesmo ocorra com Matinhos, porque também da mesma
1257 época o Prefeito Francisco, do qual fui eleitor e algumas campanhas e adversários em outras. A
1258 política é assim. Como diz a Dra. Carmem nós estamos procurando caminho, naquela visão do
1259 poeta Antônio Machado que dizia: "Caminante, no hay camino, se hace camino al andar...". Então,

1260 coloco à observação do pleno se podemos homologar o Plano Diretor de Matinhos com essas
1261 condicionantes, se alguém deseja debater. Com a palavra, Dr. Vilmar. O Sr. Conselheiro Vilmar
1262 Faria Silva:- Quero dizer que essas recomendações fazem do relatório da Comissão. O Sr.
1263 Secretário Executivo, José Maria Correa (SEMA):- Vamos reforçá-las. O Sr. Conselheiro Vilmar
1264 Faria Silva:- Exatamente. Só para deixar claro que faz parte do relatório da Comissão tanto de
1265 Guaratuba quanto de Matinhos. O Sr. Secretário Executivo José Maria:- Perfeitamente. Srs.
1266 Conselheiros, Sras. Conselheiras, está em processo de votação a homologação do Plano Diretor
1267 de Matinhos. (Pausa). Os que forem favoráveis, permaneçam como estão, os contrários se
1268 manifestem, abstenções. (Pausa). APROVADO por unanimidade. Peço uma salva de palmas ao
1269 trabalho da Dra. Carmem. (Palmas). Cumprimento a Dra. Carmem, nossa arquiteta e urbanista
1270 premiada pela elaboração e dedicação é nossa conhecida na Secretaria de Meio Ambiente como
1271 "La Passionária". Ele defende a sua tese sempre dentro daquela premissa de endurecer sempre,
1272 porem sem perder a ternura> jamais! Temos o último item da pauta do dia de hoje que foi
1273 bastante produtiva e acredito que será uma discussão rápida, não deveremos nela permanecer
1274 por muito tempo, se assim for o entendimento dos Conselheiros e Conselheiras, que é um pedido
1275 de vistas do Secretário Cheida em relação a um embargo do Supermercado Quinteto, cujo
1276 proprietário interessado está presente, Sr. Regis. O Supermercado Quinteto fica em Matinhos, ele
1277 foi embargado no ano de 2005, embargado quando já estava concluído e o Secretário Cheida
1278 pediu a nossa eminente Assessora Jurídica Dra. Ceci Crossil que elaboração um parecer em
1279 análise do voto da Conselheira Ana Cláudia Bento Graff da Procuradoria Geral do Estado, hoje
1280 substituída brilhantemente pelo nobre Conselheiro aqui presente, e a Dra Ceci fez um parecer de
1281 três laudas, onde ela diz o seguinte - terei que ler rapidamente aqui: "Que o Supermercado
1282 Quinteto foi embargado em razão de que a obra, o fundamento, foi de que estaria em desacordo
1283 com o Decreto 2722, teria ultrapassado a altura máxima para o local, a taxa de ocupação, o recuo
1284 mínimo do alinhamento predial, o recuo da divisão e também por não ter estacionamento. Foi
1285 proposta uma ação civil pública por uma associação, uma ONG chamada Caramuru. Pretendia
1286 essa ONG, além do cancelamento do alvará de construção, reparação de danos que pudessem
1287 ter sido causados ao meio ambiente. Aí a Dra. Ceci, que está presente, observa, como bem
1288 mencionou a PGE, a Dra. Ana Cláudia anteriormente, os fundamentos do embargo não eram
1289 aqueles aplicáveis ao caso. Ou seja, usaram os artigos equivocados do Decreto 2722 e da Lei
1290 12.243, usaram ali um fundamento que era uma área encosta com inclinação superior a 20%,
1291 terreno montanhoso. A pessoa enganou-se quando fez a autuação. Na realidade o supermercado
1292 está a três ou quatro quadras da praia, bem longe da Serra da Prata, está numa área plana. E aí
1293 diz a Dra. Ceci que o embargo correu três dias após a inauguração do empreendimento, ou seja,
1294 embargou a obra depois que a obra estava concluída. Diz a advogada, a assessora jurídica, não
1295 existe sentido em um embargo de uma obra que já se encontra concluída. O embargo tem por
1296 finalidade impedir a conclusão de uma obra irregular, ou seja, ele é aplicado quando uma obra
1297 está sendo realizada. No presente caso ele perdeu o seu objetivo, padecendo de amparo legal,
1298 não só pelo não cabimento dos fundamentos, mas em razão de que a obra já estava concluída e
1299 o empreendimento em plena. Ou seja, o mercado já estava funcionando como está até hoje, em
1300 2014, decorrido todo esse tempo. Restaria, portanto, uma ação demolitória. Mas há que se
1301 considerar que existem muitos outros supermercados no município em situação semelhante, com

1302 relação aos parâmetros construtivos e ausência de estacionamento no centro da cidade,
1303 inclusive. Quem conhece Matinhos sabe que vários mercados não tem estacionamento. Está
1304 errado, mas alguns eram anteriores à lei, ao Decreto 2722, e para outros se concedeu alvará
1305 desta forma. Ai diz a Dra. Ceci que, por um princípio de isonomia, deve-se ter cautela na decisão
1306 pela ação demolitória, uma vez que esta mesma decisão deveria valer para os demais
1307 empreendimentos. E cita aqui Rui Barbosa na Oração aos Moços: "Tratar com desigualdade a
1308 iguais, ou a desiguais com igualdade, seria desigualdade flagrante e não igualdade real!" Não
1309 podemos tratar iguais com desigualdade e desiguais com igualdade. De conformidade com a
1310 informação técnica n.º 47, a Dra. Ceci diz que existe solução técnica que possibilita a
1311 regularização parcial da obra, entretanto, a outra parte não pode ser regularizada. Ai haveria
1312 possibilidade da celebração de um termo de ajustamento de conduta. Ai ela finalizando, dizendo:
1313 "Portanto, acertado o entendimento da PGE, cabe ao plenário do colegiado decidir ou não pela
1314 nulidade do embargo, levando-se em consideração que este será facilmente derrubado pelo
1315 judiciário, pelas razões impostas anteriormente com fundamentos equivocados. Acolhendo o voto
1316 da PGE, da Dra. Ana Cláudia, referente aos parâmetros construtivos irregulares, ou seja, aquilo
1317 que não dá para consertar na obra, estes irregulares poderão ser objetos de celebração de um
1318 termo de ajustamento de conduta a ser firmado na ação civil pública, ou seja, em juízo na ação
1319 civil pública proposta pela associação Caramuru. Então, a exposição dela é no sentido de que se
1320 anule o embargo em razão dos fundamentos errados e se encaminhe a solução para que a obra
1321 possa ser regularizada através de um termo de ajustamento de conduta e uma proposta de
1322 compensação na ação civil pública que está no fórum de Matinhos. Seria isso, Secretário Cheida.
1323 Cabe ao plenário decidir pela nulidade do embargo ou não, com essa condicionante de que a
1324 solução legal deverá passar pela compensação na ação civil pública. Fico à disposição para
1325 esclarecimentos, o Secretário Cheida e a própria Dra. Ceci. O SR. PRESIDENTE (Luiz Eduardo
1326 Cheida):- Agradecendo ao Dr. José Maria pela leitura, eu pergunto à Dra. Ceci se quer fazer
1327 algum adendo, algum esclarecimento. A Sra. Ceci Teresa Goes (SEMA):- Só esclarecendo que o
1328 que veio ao Conselho é o termo de embargo, é só com relação a isso que deve ser votado,
1329 porque a ação civil pública já está sendo discutida. A outra questão será vista na ação civil
1330 pública. O que acontece aqui é ver se é nulo realmente o decreto ou não. O SR. PRESIDENTE
1331 (Luiz Eduardo Cheida):- A palavra está aberta aos Conselheiros. O Sr. Conselheiro Heitor Rubens
1332 Raymundo (Sind Seab):-É só para reafirmar a importância dos pareceres, porque agora fica claro.
1333 Eu coloquei um obstáculo, porque a minha preocupação era essa questão judicial. Parece-me
1334 que agora, delimitado o objeto, como já estava claramente na votação, o resto se acerta na ação
1335 civil pública. E ai eu queria relembrar a importância, já que ele está aqui, talvez ele só terminou de
1336 construir porque IAP ou a SEMA ou os órgãos ambientais, e ai para o deputado e os prefeitos
1337 ouvirem, ele deve ter requerido mas o serviço é tanto nessa área e não tem pessoal, não há uma
1338 política de desenvolvimento de pessoal, de contratação de pessoal. Só para dar dados, nos
1339 éramos em mil, duzentos e seis e hoje somos menos de quinhentos, com uma projeção de em
1340 2018 acabar o pessoal se não houver reposição. Por isso a minha preocupação. Hoje assistimos
1341 aqui a Carmem, que é uma servidora de carreira, a Dra. Ceci é servidora de carreira, vimos o
1342 empenho do pessoal de Guaratuba inclusive pressionar, dizendo: "Vamos aprovar!" Quer dizer, o
1343 compromisso que há dos servidores em relação a isso e é isso que a gente sempre frisa. Nós

1344 gostaríamos de propiciar melhor os serviços. Agora, as autoridades nos ajudem no sentido de
1345 repor o pessoal pelo menos numa proporção ínfima, até para que se possa tender sem
1346 comprometer tanto o serviço e a boa reputação que tinha a antiga Surehma e a antiga ITC no
1347 Estado do Paraná. Então, com essas considerações, quero já declarar o meu voto pela
1348 aprovação. O SR. PRESIDENTE (Luiz Eduardo Cheida):- A palavra continua em aberto. (Pausa).
1349 Nenhum Conselheiro querendo fazer uso dela, vamos colocar em votação à nulidade do
1350 embargo. Os Conselheiros favoráveis à nulidade do embargo ao Supermercado Quinteto,
1351 permaneçam como estão, os contrários se manifestem, erguendo a mão, por favor. (Pausa).
1352 APROVADO por unanimidade a nulidade do embargo. Parabéns! (Palmas). O Sr. Conselheiro
1353 Heitor Rubens Raymundo (Sind Seab):- Cheida, eu só queria fazer um preâmbulo. Você está
1354 saindo do Conselheiro e acho que pelo menos o trabalhadores... acho que a gente rememorou
1355 um pouquinho da história do Collit e o Nelson Justus fez um falação de quanto tempo demorou
1356 para aprovar esses planos - eu vendi o meu peixe também com relação aos trabalhadores. Mas
1357 eu queria, em nome do Sind Seab, pela segunda vez registramos que a sua saída não é bom
1358 para o meio ambiente, para as políticas ambientais e não é bom para os servidores também.
1359 Então, quero refazer esse registro como da vez passada, esperamos que você se eleja e volte
1360 para a Secretaria do Meio Ambiente, nós estamos lhe aguardando para isso, agradecendo o seu
1361 trabalho, a sua compreensão, mesmo na divergência, mas sua compreensão com as demandas
1362 dos trabalhadores, dos servidores e com o seu compromisso na área ambiental. E até à sua
1363 volta, um até logo! O SR. PRESIDENTE (Luiz Eduardo Cheida):- Muito obrigado, Heitor. Essa Ata
1364 eu faço questão de guardar para sempre. Mas quero, ao agradecer ao Heitor, agradecer a todos
1365 os Conselheiros pela disposição sempre de estarem presentes, votando temas e se
1366 responsabilizando pelo voto, o que é mais importante, de temas tão importantes para a
1367 sociedade paranaense, lembrando que quando decidimos aqui hoje sobre os Planos Diretores de
1368 Guaratuba, de Matinhos, nós estamos decidindo sobre um dos patrimônios históricos naturais
1369 mais caros da sociedade paranaense, como um todo. Não estamos decidindo apenas sobre um
1370 município, porque ali exerce o seu lazer, todo o encantamento que as paisagens, enfim, pode
1371 proporcionar praticamente a toda a sociedade paranaense. Então, demos um salto gigantesco
1372 nesse sentido, e o Collit está de parabéns que é feito pelos seus Conselheiros e Conselheiras.
1373 Então, terminamos esse processo de uma forma extraordinária, por isso sintam-se todos
1374 parabenizados. Eu queria também me despedir de todos, porque dentro de três semanas estou
1375 deixando a pasta onde servi ao Governador Beto Richa e procurei servir a todos da sociedade
1376 paranaense como um todo. Agradecer muito ao nosso Secretário Executivo, Dr. José Maria
1377 Correa e a toda a equipe, nesse momento o Dr. Portes, Dr. Saulo, Dr. Marcelo e a Dra. Carmem
1378 Leal que, mais uma vez a exemplo de outras ocasiões, nos ajudaram a todos. Um abraço muito
1379 caloroso a todos, sintam-se homenageados pelo próprio trabalho que coletivamente todos nós
1380 fizemos aqui. Uma boa tarde a todos. (Palmas).